

IJ
00565

MINTER – MINISTÉRIO DO INTERIOR
CNDU – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SDU – SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ROTEIRO DO PROJETO
PROGRAMA COM/BIRD

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ 00565
4712/81

Projeto
concluido
1985

654.48
R 988
47/12/81



PROJETO CIDADES DE PORTE MÉDIO - CPM/BIRD

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

I O PROJETO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO

- A- Bases da política nacional de desenvolvimento urbano
- B- Operacionalização da política para as cidades de porte médio
- C- O projeto CPM/BIRD

II CARACTERÍSTICAS DO PROJETO CPM/BIRD

- A- Objetivos e Metas
- B- Entidades Participantes
- C- Operações Integrantes
- D- Componentes a serem objeto de financiamento
- E- Financiamento do Projeto

III SISTEMÁTICA DE PREPARAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

- A- Concepção dos Estudos
- B- Diretrizes para preparação e análise
- C- Critérios de Qualificação
- D- Os Estudos Necessários
 - . Perfil da Cidade
 - . Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/Financeiro
 - . Projetos Executivos

IV EXECUÇÃO DO PROJETO

- A- Medidas Legais
- B- Licitação e Contratação de Obras
- C- Gestão Financeira
- D- Supervisão, Acompanhamento e Avaliação

ANEXOS



PROJETO CIDADES DE PORTE MÉDIO - CPM/BIRD

APRESENTAÇÃO

Objetivo do manual: instruir as Cidades de Porte Médio - CPM quanto aos objetivos, condições, métodos e procedimentos de participação no Projeto CPM/BIRD.

INTRODUÇÃO

Descrição sumária do processo brasileiro de urbanização, enfatizando as distorções geradas pelo processo e a importância da rede secundária de cidades na solução dos problemas e na organização espacial do sistema urbano brasileiro. Visão geral do Projeto, salientando a forma de intervenção no espaço urbano, através da conjugação espaço físico/base econômica e da participação do governo e comunidade locais.

PARTE I

O PROJETO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO

- A. BASES DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Apresentação das diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, particularizando os principais componentes da política nacional para as cidades de porte médio.
- B. OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA AS CIDADES DE PORTE MÉDIO
Descrição dos diversos mecanismos, fundos e instituições incumbidos de executar a política nacional das CPMs (FNDU, FDTU, CNDU, etc.).
- C. PROJETO CPM/BIRD
Particularização do projeto objeto de acordo República Federativa do Brasil/BIRD, dentro da política nacional das cidades de porte médio.

PARTE II

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO CPM/BIRD

A. OBJETIVOS E METAS

Intervenção no espaço físico-territorial e nos sistemas eco

nômico e social das cidades secundárias, através do financiamento de obras e de serviços de infra-estrutura e serviços urbanos, geração de emprego e renda e administração municipal. Tal intervenção visa reduzir os custos sociais de um processo rápido de urbanização, reorientar os fluxos migratórios que se destinam às áreas metropolitanas e redistribuir recursos em favor das cidades médias e em especial de seus habitantes mais pobres.

B. OPERAÇÕES INTEGRANTES/ UMA VISÃO GERAL

Descrição das operações integrantes do projeto e das entidades responsáveis por sua realização.

. Perfil da Cidade

Preparação do Perfil da Cidade, documento que caracteriza o espaço urbano em seus aspectos econômico-sociais e físico-urbanísticos, traça a estratégia de intervenção e propõe os projetos a serem objeto de financiamento.

. Verificação de Compatibilidade

Compatibilização dos projetos propostos com a estratégia adotada para o desenvolvimento local, outros programas federais previstos e/ou em andamento e entre os diversos projetos entre si.

. Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/Financeiro

Apresentação sucinta dos estudos de viabilidade a serem realizados, Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/ Financeiro/Ante-Projetos.

. Avaliação

Avaliação dos projetos propostos, segundo os ^{princípios} principais do Programa CPM/BIRD.

. Revisão do BIRD

Apresentação do relatório de avaliação realizado pelo a SDU ao BIRD para exame e aprovação.

. Execução do Projeto

A Execução do projeto pelo governo local, através de agências municipais e/ou estaduais. Preparação de projetos executivos, contratação e supervisão de obras.

17

- . Acompanhamento e Avaliação

Descrição das tarefas de acompanhamento e avaliação da execução do programa pelas diversas entidades participantes.

C. ENTIDADES PARTICIPANTES

O papel da SDU na coordenação do projeto. Os Órgãos Federais Setoriais e suas responsabilidades (BNH, EBTU, COBAL, CEBRAE, SUDEPE). Entidades locais e suas responsabilidades (Estados, Municípios, entidades estaduais e municipais).

D. COMPONENTES A SEREM OBJETO DE FINANCIAMENTO

Apresentação da tipologia de componentes a serem objeto de análise para financiamento por categoria.

- . Infra-estrutura urbana e comunitária
- . Geração de Emprego e Renda
- . Administração Municipal

E. FINANCIAMENTO DO PROJETO

Origem dos recursos e responsabilidade dos diversos participantes: BIRD/GOVERNO FEDERAL, BNH, EBTU, GOVERNO LOCALS. Recuperação de custos. Possibilidades de Repetição: criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

PARTE III

SISTEMÁTICA DE PREPARAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

A. CONCEPÇÃO DOS ESTUDOS

B. DIRETRIZES PARA PREPARAÇÃO E ANÁLISE

Apresentação das diretrizes para preparação e análise dos componentes segundo categorias.

- . Componentes de infra-estrutura urbana e comunitária

Impacto sobre a pobreza urbana, propostas alternativas de atendimento, soluções de menor custo, estimativa de custos, retorno dos custos, capacidade de pagamento da população urbana pobre, avaliação econômica e financeira.

- . Componentes de Geração de Emprego e Renda

Diretrizes Gerais, relações com a demanda do mercado, capacidade gerencial, propostas alternativas de atendimento, solução de menor custo, avaliação econômica e financeira, retorno dos custos, impacto sobre a pobreza urbana.

. Componentes de Administração Municipal

. Diretrizes diversas

Medidas complementares e ações necessárias à execução de subprojetos (leis, acordos financeiros, etc). Agências envolvidas na execução de subprojetos (verificação de competência, autoridade, capacidade de execução, etc). Coordenação da execução (autorização de gastos, compatibilização de contas bancárias, criação da Unidade de Administração do Projeto, etc). Impacto da execução do Projeto nas finanças locais. Capacidade financeira das unidades executoras de Subprojetos.

C. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

. Critérios gerais de qualificação

. Critérios específicos de qualificação

- Componentes de Abastecimento de Gêneros, Infra-estrutura Industrial e Equipamento e Assistência Técnica à Cooperativas
- Componentes de Assistência Técnica e Gerencial à Pequenas Empresas e Cooperativas
- Componentes de Treinamento de Mão-de-obra
- Componentes de Fossas Sépticas
- Componentes de Abastecimento d'água e esgotos
- Componentes de Drenagem
- Componentes de Transportes
- Componentes de Lotes Urbanizados
- Componentes de Equipamentos Comunitários
- Componentes de Distribuição de Energia Elétrica

D. ESTUDOS NECESSÁRIOS

Conteúdo e forma dos estudos a serem executados

. Perfil da Cidade

Instruções detalhadas para a preparação do Perfil da Cidade, na estratégia de desenvolvimento local e das fichas de projeto decorrentes do estudo.

. Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/Financeiro

Caracterização geral dos estudos de viabilidade dos subprojetos enfocando seus principais aspectos: objetivos, área a ser atingida, população beneficiária, anteprojeto de engenharia, avaliação econômica e financeira, operacionalização, benefícios esperados, etc.

• Projetos Executivos

Instruções gerais para a preparação de projetos executivos de engenharia e/ou serviços.

PARTE IV

EXECUÇÃO DO PROJETO

A. MEDIDAS LEGAIS

Medidas legais, necessárias à implantação do programa (convênios, acordos, leis, etc.).

B. LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

Procedimentos para licitação e contratação de Obras e Serviços.

C. GESTÃO FINANCEIRA

Caracterização das Operações de Controle Financeiro e Gerencial, Desembolso e Retirada de Recursos, Relatórios de Execução, auditoria, etc.

D. SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrição das atividades de acompanhamento e avaliação dos Projetos pelas Unidades locais de Administração, SDU/CNDU/MINTER.

ANEXOS

I - Fichas Técnica de Projeto (Project Review Form)

II - Manual de Licitações

III - Manual de Prestação de Contas

IV - Modelo de Convênio

V - Indicadores para Avaliação de Eficácia dos Subprojetos

PARTE II

CARACTERISTICAS DO PROJETO CPM/BIRD

A. OBJETIVOS E METAS

O Projeto CPM/BIRD como instrumento de política de organização territorial e desenvolvimento urbano do país, objetiva, a criação de novos pontos de desenvolvimento no território nacional, o estímulo à desconcentração das atividades econômicas e da população, a criação de novas oportunidades de emprego, a redução das disparidades inter-regionais e inter-pessoais de renda, visando a desconcentração e interiorização do desenvolvimento nacional 1/.

Através da intervenção nos sistemas econômico, social e físico-territorial, aqui vistos como subsistemas do núcleo urbano e de sua área de influência, procura-se reforçar as potencialidades das cidades de porte médio de modo a serem alcançados os objetivos mais gerais propostos.

A nível local, visa o desenvolvimento e diversificação da economia urbana, de modo a acelerar a geração de emprego e renda nos setores formal e informal, principalmente em áreas de baixa renda, criando condições para a absorção da força de trabalho disponível. O setor informal deverá ter seu papel, na economia da cidade, devidamente avaliado, em termos atuais e de suas potencialidades de colocação de mão-de-obra. Para isto é necessário se proceder a uma avaliação das relações dos setores formal e informal e eliminar os pontos de estrangulamento que dificultam a sua integração. Os componentes econômicos de programa deverão ter ligações com a economia da região, através do suprimento de matérias primas e demanda por produtos acabados ou intermediários, além de efeitos multiplicadores na economia urbana e regional.

1/ - MINTER/CNDU - Estudos e propostas para a organização territorial e desenvolvimento urbano do Brasil - junho 1979.

8

A melhoria da infra-estrutura física e dos serviços comunitários e de transportes urbanos, deverão estar intimamente ligados ao desenvolvimento da economia local, devendo formar a base indispensável ao aparecimento de novos empregos, geração e crescimento da renda. Assim, o espaço físico de cada cidade deverá ser apropriado não apenas para as suas funções tradicionais de habitação/ circulação/lazer, mas de forma decisiva para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tendo em vista as características de redistribuição da renda do programa, a intervenção físico-territorial será voltada para os habitantes mais pobres e naquelas áreas/setores capazes de promover a criação do emprego e da renda.

A administração municipal deverá ser fortalecida, para as tarefas de promoção do desenvolvimento local, especialmente no que diz respeito à preparação e execução de projetos de desenvolvimento econômico e social e das políticas locais de desenvolvimento urbano. Deste modo, a formação e provimento de pessoal técnico, estabelecimento de agência local de planejamento, reorganização e aparelhamento da máquina administrativa municipal, de forma a gerir com eficiência os negócios locais, são parte integrante dos objetivos centrais do programa. Inclui-se neste objetivo a melhoria financeira e gerencial dos governos municipais, com vistas à prestação dos serviços de sua competência.

O reforço da base econômica e social das cidades médias, deverá ter efeitos positivos na reorientação dos fluxos migratórios que se destinam aos centros de maior porte e às regiões metropolitanas. O fornecimento da necessária base econômica, infra-estrutura física e serviços comunitários aumentará o poder de atração destes núcleos e permitirá um crescimento harmônico da mancha urbana, eliminando-se as deseconomias geradas por um processo de urbanização desordenado.

O programa redistribui recursos em favor das cidades escolhidas e de seus habitantes mais pobres. A nível local, terá um impacto direto e positivo sobre a pobreza absoluta, através da expansão da infraestrutura, serviços urbanos e comunitários e empregos disponíveis.

Um importante impacto nas capacidades técnica e administrativa das Prefeituras das cidades médias participantes deverá ser observado, devido aos programas de assistência técnica e do repasse, pelo governo federal, de recursos a fundo perdido. A recuperação de tais recursos de investimento dos beneficiários finais pelos governos dos municípios, deverá assegurar a disponibilidade de um fluxo de fundos, capazes de garantir a repetição do programa. A nível técnico e administrativo, o projeto permitirá o desenvolvimento da capacidade técnica local para as tarefas de promoção do desenvolvimento urbano, nas quais se incluem a preparação e execução de projetos, a correção de deficiências e pontos de estrangulamento na máquina administrativa do governo municipal.

B. OPERAÇÕES INTEGRANTES/ UMA VISÃO GERAL

Esta seção apresenta uma visão sucinta das principais operações integrantes do Projeto, a serem detalhadas em outras partes deste manual. Correspondem, grosso modo, às fases do Projeto, desde às etapas de concepção dos estudos, à proposição de projetos de investimentos, sua avaliação e entrada em execução.

Ao mesmo tempo em que são descritas as tarefas básicas, são apresentadas as instituições responsáveis para sua execução. Outras providências, além das descritas a seguir, encontram-se explicitadas nos capítulos pertinentes.

• Perfil da Cidade

Após a assinatura do contrato de adesão da cidade ao projeto, prepara-se o Perfil da Cidade, que caracteriza o espaço urbano em seus aspectos econômico-social e físico-urbanísticos e traça uma estratégia de intervenção. Compõem o Perfil da Cidade um elenco de projeto (Perfis de Projetos) que considerados em conjunto, traduzem a estratégia de intervenção, através de uma programa de investimentos para a cidade, dentro dos princípios do Projeto CPM/BIRD. O Perfil de Cidade é elaborado por uma equipe local sob a supervisão da SDU.

• Verificação de Compatibilidade

O Perfil da Cidade é então submetido à SDU, que analisará a consistência da programação proposta pela cidade à luz da estratégia de desenvolvimento local, dos princípios básicos do projeto e de outros programas federais existentes e que possam estar relacionados com as medidas contidas no pacote de perfis de projeto. Além disto a SDU analisará o "pacote de perfis" de modo a assegurar que não existem projetos conflitantes.

• Estudos de Viabilidade técnico/Econômico/Financeiro (Ante-Projetos)

Os investimentos propostos pela cidade e considerados compatíveis com o projeto pela SDU, são a seguir objeto de estudos de viabilidade técnico/econômico e financeiro de acordo com as normas do Projeto. Tais estudos são preparados pela equipes locais, com a assistência técnica dos Órgãos

Setoriais Federais, dentro das diretrizes e critérios de qualificação definidas pela SDU, que poderá, se for o caso, providenciar inclusive, assistência financeira. Os Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/Financeiros, São discutidos em maior detalhe na parte III, letra D "Os estudos necessários" e cada Órgão Setorial Federal, preparou um Manual Setorial de Projetos, que deverão orientar os estudos das diferentes áreas.

• Avaliação

Todos os componentes objeto de Estudo de Viabilidade Técnico/Econômico e Financeiro são tecnicamente e economicamente avaliados pelos Órgãos Setoriais Federais, cada um cobrindo as áreas de sua especialidade e competência. Outros aspectos da avaliação dos estudos de viabilidade e que não forem de competência dos Órgãos Setoriais Federais serão feitos pela SDU. A partir dos relatórios individuais de avaliação a SDU, preparará então um Relatório Geral de Avaliação, que conterà "fichas resumo" (Project Review Form), de cada componente, preparados pelos Órgãos Setoriais Federais.

• Revisão do BIRD

O Relatório Geral de Avaliação dos estudos de viabilidade é submetido pela SDU ao BIRD para revisão e aprovação. As solicitações de esclarecimento, informações adicionais ou modificações serão comunicadas pelo BIRD à SDU que fará os contatos necessários com os Órgãos Setoriais Federais ou Órgãos Locais. Nenhum componente poderá ser aceito sem a aprovação do BIRD.

• Execução dos Projetos

Uma vez aprovados pela SDU e BIRD os investimentos serão executados através das Unidades Executoras, municipais ou estaduais.

- Coordenação da Execução dos Subprojetos - ficará a cargo da Unidade de Administração do Subprojeto, que coordenará as ações dos diversos órgãos executores locais envolvidos. A UAS deverá manter gráficos de controle de todos os projetos, acompanhará os programas de execução, identificará pontos de estrangulamento

e tomará todas as medidas apropriadas a fim de assegurar que cada componente está sendo executado de maneira integrada. A UAS poderá executar com eficiência as suas atribuições em virtude de autorizar os pagamentos para a execução dos investimentos.

. Projeto Executivo e Contratação de Obras - Uma vez o BIRD tenha aprovado o Subprojeto, a SDU autoriza o governo local a preparar os projetos executivos e a iniciar as contratações. A Unidade Local responsável pela execução, submeterá os projetos de engenharia ou de serviços através da UAS - ao Órgão Setorial Federal correspondente. O Órgão Setorial Federal aprovará os projetos executivos e atestará que as licitações foram feitas de acordo com as diretrizes do BIRD.

. Execução - Os contratados desenvolverão suas obras ou serviços sob a supervisão da Unidade Executora local. A Unidade Executora validará as faturas dos contratados e as encaminhará a Unidade de Administração do Subprojeto, que autoriza os pagamentos. Os Órgãos Setoriais Federais correspondentes supervisionarão periodicamente as obras ou serviços a fim de verificar que estão sendo desenvolvidos adequadamente e de que os fundos estão sendo desembolsados corretamente. O Órgão Setorial Federal certificará à SDU, trimestralmente, de que os fundos foram usados corretamente e de que os fundos do trimestre seguinte podem ser liberados.

o Supervisão, Acompanhamento e Avaliação

Os órgãos envolvidos no projeto, terão ao seu nível, responsabilidades por estas tarefas. As Unidades Executoras se reportarão à Unidade de Administração do Subprojeto de modo contínuo, através de contato direto e prepararão relatórios mensais sobre a implementação e as finanças do subprojeto. A UAS transmitirá estes relatórios ao Órgão Setorial Federal apropriado. A UAS e cada Órgão Setorial Federal prepararão relatórios trimestrais consolidados a serem submetidos à SDU, que por sua vez enviará relatórios trimestrais ao BIRD. As responsabilidades pelo acompanhamento e avaliação são similares, sendo a UAS responsável pela cidade, os Órgãos Setoriais Federais por suas áreas setoriais e a SDU pelo programa como um todo.

C. ENTIDADES PARTICIPANTES

Diversas entidades em diferentes níveis de governo participam do Projeto CPM/BIRD. A Secretaria Geral do Ministério do Interior - SG/ MINTER, através da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, terá a responsabilidade de avaliar, supervisionar e coordenar a execução do projeto em seu todo. Para isto foi constituída, no âmbito da SDU, uma Unidade de Coordenação do Projeto. Órgãos Setoriais Federais, prestarão serviços à SDU na execução do Projeto, estando incluídas, nas áreas de sua competência, as tarefas de orientar às cidades quanto à preparação de projetos dos componentes, bem como sua análise, avaliação, inspeção de obras, etc. A responsabilidade de cada Órgão Setorial Federal foi estabelecida em convênio entre a entidade e o MINTER.

Os Estados e Municípios executarão o Projeto. Em cada cidade, será constituída uma Unidade Administração de Subprojeto(UAS), para supervisionar os aspectos técnicos, administrativos e financeiros do Subprojeto e para coordenar, com a SG/MINTER e os Órgãos Setoriais Federais, a execução do Subprojeto. A Unidade de Administração de Subprojeto coordenará a ação das Unidades Executoras, Órgãos ou entidades da estrutura administrativa do Municípios ou do Estado, responsáveis pela implantação dos diversos componentes e pela recuperação de custos.

Completam o quadro de participantes os colegiados de Coordenação: Comissão Coordenadora do Projeto, Comissão Local de Coordenação e Comissão Executiva Local.

o Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU/MINTER

A SDU, exercerá a coordenação geral, em nome da SG/MINTER, sendo responsável pelas diretrizes de ação, programas de investimento, execução do Projeto e pela prestação de assistência técnica às entidades responsáveis pela execução.

o Órgãos Setoriais Federais (OSF)

Os Órgãos Setoriais Federais, prestarão serviços técnicos e administrativos visando a análise, acompanhamento e a avaliação da implantação dos diversos componentes do Projeto.

10

Suas competências e obrigações incluem:

- a) orientação aos Municípios e/ou Estados, na elaboração de propostas de componentes, participando dos trabalhos de análise técnicas, econômicas e financeiras, assessorando a SDU/MINTER quando da definição por esta dos componentes de cada Subprojeto;
- b) proposição de normas para preparação dos projetos dos componentes;
- c) análise dos projetos dos componentes;
- d) acompanhamento das obras e/ou serviços a cargo dos Municípios e/ou Estados, emitindo pareceres necessários à liberação dos recursos;
- e) fiscalização da supervisão de obras;
- f) emissão de relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação;
- g) execução de outras tarefas visando o bom andamento do Projeto, especialmente quando convocados pela SDU.

Os Órgãos Setoriais Federais que participam do Programa são: o Banco Nacional da Habitação-BNH, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos-EBTU, o Centro Brasileiro para Apoio à Pequena e Média Empresa-CEBRAE, a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL e a Superintendência de Desenvolvimento de Pesca-SUDEPE. A responsabilidade de cada Órgão Setorial Federal é apresentada a seguir:

. Banco Nacional da Habitação - BNH

O BNH atuará através de sua Carteira de Desenvolvimento Urbano, e será responsável pelos componentes de infraestrutura, pela supervisão e aprovação de projetos executivos, pela certificação à SDU de que as licitações e contratações e obras foram executadas corretamente e pela preparação de relatórios de acompanhamento e avaliação. Além disso, será o agente financeiro da SDU, no que

diz respeito à transferência dos recursos do FNDU às cidades, a fundo perdido, para execução dos componentes de infra-estrutura⁽¹⁾ e assistirá as autoridades locais na obtenção de recursos de contrapartida, emprestando entre 20-30% dos custos destes componentes.

. Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU

Todos os aspectos de análise, supervisão, acompanhamento e avaliação de componentes de transportes estarão a cargo da EBTU, que atuará como agente financeiro da SDU, repassando os recursos do FNDU/FDTU aos municípios, a fundo perdido. Para tanto, acompanhará a implantação de obras e serviços a cargo dos Municípios e/ou Estados, liberando os recursos de sua responsabilidade, de acordo com os cronogramas físico-financeiros de execução dos componentes aprovados e integrantes dos Convênios de Execução de Subprojetos.

. Centro Brasileiro para Apoio à Pequena e Média Empresa
CEBRAE

O CEBRAE será o principal consultor do SDU para todos os projetos de médias, pequenas e microempresas, e coordenará, em nome da SDU, todos os aspectos dos projetos de geração de empregos, na área de sua competência, participando de análise, supervisão, acompanhamento e avaliação de projetos. No caso de projetos relacionados com distribuição de alimentos, o CEBRAE trabalhará em combinação com a COBAL; no de projetos envolvendo pesca, com a SUDEPE.

. Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL

A COBAL será responsável por todos os projetos relacionados com a distribuição de alimentos. A organização nacional será responsável pela análise, supervisão, acompanhamento e avaliação, ao passo que suas agências estaduais prestação assistência técnica na preparação e execução de projeto.

. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE

A SUDEPE assessorará a SDU, e as entidades locais na preparação de projetos de pesca. Assim, orientará os Municípios e/ou Estados na elaboração das propostas dos componentes e a SDU no que diz respeito aos trabalhos de análise técnica, econômica e financeira.

(1) Setenta por cento do valor dos investimentos da categoria infra-estrutura urbana e comunitária.

• Comissão Coordenadora do Projeto - CCP

Constituída por um representante da SG/MINTER e por um representante de cada Órgão Setorial Federal com os objetivos de acompanhar e discutir todos os aspectos relativos a participação de cada órgão na implementação do Projeto; assegurar que todos os termos e condições estabelecidas nos Convênios firmados entre o MINTER e os Órgãos representados na Comissão sejam cumpridos, bem como coordenar a ação conjunta desses órgãos e entidades; fornecer ao BIRD, através da SG/MINTER, relatórios sobre os assuntos discutidos e decisões tomadas nas reuniões, no prazo máximo de trinta dias após a realização de cada uma delas.

• Entidades Locais

Caberá às entidades locais, principalmente aos municípios, a responsabilidade mais direta pela execução e operação do Projeto, incluindo a realização dos diversos estudos, contratação, construção e supervisão de obras, seleção de beneficiários, recuperação de custos, etc.

. Unidade de Administração de Subprojeto - UAS

Será criada cada cidade uma Unidade de Administração de Subprojeto - UAS, como componente responsável por sua administração e coordenação. Cada UAS deverá ser uma unidade autônoma dentro do órgão municipal ou estadual de planejamento. Órgãos ou entidades já existentes podem assumir as atribuições da UAS desde que sejam feitos os arranjos satisfatórios, com a concordância da SDU/MINTER. A Unidade será responsável pela administração do Projeto a nível local, inclusive estabelecendo e mantendo programas de trabalho, orçamentos e contas, supervisionando e acompanhando o andamento dos trabalhos e despesas, autorizando desembolsos, preparando relatórios de andamento e presidindo a Comissão Executiva Local (CEL).

A UAS preparará um fluxograma que espelhe os eventos e atividades envolvidos na execução de cada componente (FEC)*, estabelecendo as respectivas relações de precedência e indicando as responsabilidades institucionais pelo seu cumprimento.

* FEC - Fluxograma de Execução de Componentes

São atribuições e obrigações da UAS:

- 1) analisar e avaliar a adequação dos instrumentos, critérios e procedimentos adotados em cada um dos Componentes e Subcomponentes, desde a elaboração dos projetos executivos até a sua operacionalização, respeitados os objetivos e metas dos estudos de viabilidade técnico/econômico/financeiro (anteprojetos) aprovados;
- 2) acompanhar e controlar a execução física e financeira de cada Componente ou Subcomponente;
- 3) emitir pareceres prévios relativamente a orçamentos, planos financeiros, cronogramas e projetos executivos;
- 4) emitir pareceres prévios relativos à aprovação de liberação de recursos e das prestações de contas;
- 5) assessorar administrativa e tecnicamente as Unidades Executoras;
- 6) elaborar, ou providenciar para que sejam elaborados planos, orçamentos, cronogramas, projetos executivos, contratos, propostas de licitações, especificações e demais instrumentos necessários à implantação dos Componentes e Subcomponentes;
- 7) preparar, ou providenciar para que sejam preparados, relatórios de acompanhamento da execução física e financeira, além de outros documentos que caracterizem o desenvolvimento físico e financeiro dos Componentes e Subcomponentes, de modo a que se possa, inclusive, efetuar análises para eventuais revisões.
- 8) manter atualizados todos os registros relacionados com o Subprojeto e seus Componentes, de maneira a identificar todas as operações efetuadas, as fontes de recursos e os bens e serviços utilizados, as despesas realizadas e os benefícios resultantes;

- 9) assessorar a Comissão Local de Coordenação - CLC e a Comissão Executiva Local - CEL no exercício de suas funções;
- 10) preparar, mensalmente, as prestações de contas do Subprojeto e de seus Componentes;
- 11) preparar e liberar, a documentação necessária para a movimentação da conta bancária em nome do Subprojeto;
- 12) manter controle extra-bancário das disponibilidades financeiras de cada Componente e Subcomponente;
- 13) observar as normas emitidas pela SDU/MINTER relativas à execução do Subprojeto, inclusive aquelas referentes ao acompanhamento de sua execução.

A UAS deverá ser integrada por técnicos em quantidade, qualificação, experiência e condições de emprego que satisfaçam à SDU/MINTER, com competência para coordenar e supervisionar, a nível local, todas as atividades administrativas, financeiras e técnicas, necessárias à execução do Subprojeto. Na estrutura da UAS haverá, além de um coordenador geral, um gerente para, pelo menos, cada uma das seguintes áreas: infra-estrutura, apoio a atividades produtivas e controle financeiro.

. Unidades Executoras

A execução de cada um dos Componentes ou Subcomponentes ficará a cargo do Município ou do Estado, através das Unidades Executoras, que via de regra, são órgãos ou entidades da estrutura administrativa de Município ou de Estado. As Unidades Executoras, executam Componentes, Subcomponentes ou parte deles, desde que se enquadram em suas responsabilidades. As tarefas dessas entidades serão especificadas nos convênios de Subprojeto entre a SDU/MINTER e as autoridades locais (Estados e Municípios).

É importante selecionar adequadamente a entidade local que terá sob sua responsabilidade a execução de Componentes e Subcomponentes do Subprojeto. Deverá ser feita uma avaliação prévia de ca-

da entidade, de forma a verificar sua capacidade legal, técnica, administrativa, disponibilidade de pessoal, etc., para desempenhar o papel de Unidade Executora.

Como exemplo de Unidades Executoras podem ser citadas as Companhias de Água e Esgotos, Eletricidade, Distritos Industriais; Cooperativas; Secretaria de Obras, Transportes, Saúde, Educação, Segurança Pública, Assistência Social; Companhia ou Empresas Municipais ou Estaduais de Urbanização ou Melhoramentos Urbanos, Limpeza Urbana, Habitação Popular; CEASAs, CEAGs, NAIs, COBAL, ou qualquer outra desde que se mostrem aptas a implantar com eficiência as obras e/ou serviços dentro dos princípios básicos do Projeto.

. Entidades Municipais e Estaduais de Planejamento

Darão apoio a UAS e poderá atuar também na execução ou supervisão de projetos de desenvolvimento da administração municipal. Além das Secretarias Municipais e Estaduais de Planejamento, incluem suas entidades supervisionadas como as fundações e institutos de pesquisa e planejamento.

. Comissão Local de Coordenação - CLC

Terá como atribuição zelar pelo cumprimento dos objetivos do Subprojeto, supervisionar todas as atividades dele decorrentes, assim como solucionar questões ou conflitos que, a nível local, possam surgir entre Unidades Executoras dificultando a execução de qualquer Componente ou parte dele.

A CLC deverá ter como membros, representantes da Prefeitura Municipal, da Secretaria Estadual de Planejamento, dos titulares das Unidades Executoras e das UAS.

Para cumprimento de suas atribuições a CLC deverá, obrigatoriamente:

- 1) reunir-se antes do início da execução do Subprojeto o número de vezes necessárias à coordenação de todas as atividades indispensáveis à execução dos Componentes;

- 2) reunir-se durante a execução do Subprojeto, pelo menos uma vez em cada semestre ou a qualquer momento, por convocação de seu Presidente ou solicitação de qualquer de seus membros;
- 3) fornecer à SDU/MINTER e aos órgãos competentes, através da UAS, relatórios sobre os assuntos discutidos e decisões tomadas nas reuniões, no prazo máximo de vinte dias após a realização de cada uma delas.

. Comissão Executiva Local - CEL

À CEL caberá assegurar a Coordenação entre as Unidades Executoras e todas as suas atividades com vistas a solução de questões de ordem técnica, administrativa e financeira que envolvem a ação simultânea de duas ou mais Unidades Executoras, para proporcionar a execução coordenada do Subprojeto, dentro dos prazos e demais condições estabelecidas no Convênio de Execução.

A CEL será composta por, no mínimo, cada um dos responsáveis técnicos pelas Unidades Executoras responsáveis pela execução dos Componentes, por outras entidades competentes, se houverem e pelo Coordenador Geral da UAS, que será seu Presidente.

Para o cumprimento de suas atribuições, a CEL deverá, obrigatoriamente:

- 1) realizar reuniões trimestrais, ou a qualquer momento por convocação de seu Presidente, ou solicitação de dois de seus membros;
- 2) realizar reuniões setoriais mensais;
- 3) fornecer à SDU/MINTER, através da UAS, relatórios sobre os assuntos discutidos e decisões tomadas em todas as reuniões, no prazo máximo de vinte dias após a realização de cada uma delas.

D. COMPONENTES A SEREM OBJETO DE FINANCIAMENTO

Os componentes a serem financiados em cada cidade estão agrupados em três grandes categorias: a) Geração de Emprego e Renda; b) Infra-estrutura Urbana e Comunitária e c) Administração Municipal. A classificação em categorias não implica em hierarquização nem tão pouco em considerar os componentes de forma isolada. Pelo contrário, o projeto busca a maior integração possível dos diversos componentes, isto é as ações de cunho econômico e social devem relacionar-se e influenciar-se mutuamente.

Não existe uma relação rígida de componentes a serem financiados. Qualquer componente que se classifique numa das três categorias apresentadas podem ser qualificados, desde que sejam atendidos os objetivos de Projeto.

• Geração de Emprego e Renda

Os componentes desta categoria deverão contribuir para o aumento da produtividade da mão-de-obra, geração de novas oportunidades de emprego e criação indireta de renda, beneficiando a população urbana pobre. Como exemplo de componentes incluídos nesta categoria podem ser citados aqueles destinados a:

- . criação de áreas industriais ou ampliação de áreas já existentes orientadas para indústrias de pequeno e médio porte. Incluem-se nesta categoria, a organização de centros de serviços, que podem fornecer matérias primas, promover produtos, dar assistência técnica e gerencial e auxiliar no controle contábil das diferentes atividades.
- . prestação de assistência técnica às pequenas e médias empresas, através de treinamento gerencial básico e de assistência financeira.
- . prestação de assistência técnica às cooperativas, visando a organização e ampliação de suas operações, incluindo-se o fornecimento de prédios e equipamentos.
- . promoção das diversas atividades informais identificadas nas áreas de intervenção, objetivando a melhoria dos padrões de tais atividades, o crescimento da renda da população envolvida e o aumento da produtividade.

- treinamento de mão-de-obra, através da instalação de centros de ensino voltados para a qualificação de adultos que atualmente têm empregos não especializados.
- distribuição de alimentos, através das cadeias voluntárias da COBAL ou da criação de outros mecanismos. Deste modo, poderá ser prestada assistência a pequenos varejistas de gêneros alimentícios, em áreas pobres, mediante a instalação de serviços centralizados de armazenagem. Isto permitirá aos varejistas beneficiarem-se da compra, armazenagem e distribuição a granel de comestíveis, resultando em custos unitários mais baixos.
- Estes componentes podem incluir a construção de prédios, para armazenagem, o aluguel de barracas de feira para comerciantes, etc.

Os componentes tipificados acima, poderão ser acrescidos de outros identificados em cada cidade, cuja implantação visem a geração de emprego e renda.

Todos os componentes deverão ser concebidos, levando-se em conta que os custos dos investimentos necessários, deverão ser recuperados, através de mecanismo específico a ser estabelecido.

• Infra- estrutura Urbana e Comunitária

Visam a melhoria da infra-estrutura urbana das áreas pobres identificadas em cada cidade e incluídas na programação de investimentos. Tais componentes, deverão adotar soluções tecnológicas simples, de baixo custo, compatíveis com a capacidade de pagamento da população beneficiária, e expressar as necessidades e desejos da comunidade objeto de intervenção. Devem ainda utilizar materiais e técnicas locais de construção. Espera-se assim, obter a redução dos custos para os beneficiários finais e maximizar a eficiência dos investimentos.

Dentro os componentes que podem ser objeto de qualificação para financiamento, cita-se

- 27
- . Água e Esgoto - Destinados a estender redes de distribuição de água a bairros pobres e a dar soluções ao destino final de águas servidas. Soluções tecnológicas alternativas devem ser apresentadas, em virtude das condições de solo e topografia e das possibilidades de pagamento dos beneficiários. Nas áreas onde as condições de solo ou da topografia impeçam a construção de sistema sépticos, podem ser incluídas pequenas redes de esgotos.
 - . Sistemas Sépticos - Investimentos visando a criação de sistemas sépticos em áreas pobres. A fim de diminuir custos, deverão ser oferecidas opções construtivas (fossas sépticas, fossas negras, etc) em diferentes padrões, com a adoção, inclusive, do sistema de construção em regime de auto-ajuda.
 - . Drenagem - Componentes objetivando o controle de drenagem estrutural e de superfície (controle de inundações, erosão, etc.) em áreas pobres.
 - . Transportes - Investimentos, de baixo custo, com a finalidade de melhorar o sistema de transportes coletivos. As obras físicas podem se referir à melhoria nos corredores para ônibus, pista exclusiva para coletivos, sinalização, abrigos, pavimentação de vias alimentadoras, etc., em áreas de baixa renda.
 - . Coleta de Lixo - Componentes para a melhoria dos serviços municipais de coleta de lixo e sua extensão às áreas não servidas, que são pobres em sua maioria. Podem incluir compra de equipamentos de coleta, construção de aterro sanitário, etc.
 - . Urbanização de terrenos - Os componentes deste item visam a urbanização de aglomerados subnormais e de áreas desocupadas, construção de lotes urbanizados e a ampliação e melhoria de unidades residenciais. Outras medidas necessárias à execução dos in

vestimentos podem ser incluídos, como por exemplo, providências objetivando a regularização da posse e/ou propriedades dos terrenos.

- . Instalações comunitárias - Estes componentes proporcionam assistência social e serviços comunitários básicos em áreas pobres. Compreendem pequenos centros de saúde, centros para proporcionar nutrição básica e assistência à criança, creches para beneficiar mães pobres que trabalham, escolas primárias, etc.
- . Diversos - Outros componentes destinados à melhoria de infra-estrutura física podem ser também incluídos como iluminação pública, construção de muros de arrimo e escadarias, por exemplo.

• Administração Municipal

Objetivam a melhoria das finanças e da administração municipal. Em cada cidade, incluem o estabelecimento de uma Unidade de Administração do Subprojeto (UAS) com a função de gerenciar a execução do Subprojeto e gerar efeitos indiretos sobre o resto da administração municipal. Estas Unidades se encarregam de revisar projetos executivos, preparar documentos de licitação de obras, supervisionando a execução dos investimentos e coordenando as operações dos diferentes órgãos locais.

Além da criação das UAS's, os componentes da Administração municipal, poderão incluir em função das necessidades da Prefeitura:

- ✓ . Melhoramentos administrativos - Estabelecimento de programa para assistência técnica e treinamento de funcionários municipais e equipamentos de apoio para melhorar o controle de documentos e a arrecadação municipal.
- . Levantamentos cadastrais - Organização ou atualização dos diversos cadastros municipais de forma a permitir o funcionamento eficiente e quantitativo dos sistemas locais de tributação.

- 23
- . Diversos- Outras medidas julgadas necessárias à melhoria e fortalecimento da máquina Administrativa municipal.

E. FINANCIAMENTO DO PROJETO

• Origem (fontes) dos Recursos

O Governo federal proverá, a fundo perdido, setenta por cento dos recursos necessários à implantação de cada subprojeto nas cidades participantes, ficando as autoridades locais (Estado e Municípios) responsável pelos trinta por cento restantes.

Os recursos federais a serem repassados, se originam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano - FNDU,¹⁾ sendo que os componentes de transportes serão financiados pelo Fundo Nacional de Transportes Urbanos - FDTU (uma subconta do FNDU destinada a financiar projetos de transportes). Os fundos federais serão controlados pela Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU do Ministério do Interior e pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que orientará a aplicação de recursos do FDTU.

A parcela sob responsabilidade dos governos locais, (Estados, e Municípios), poderá ser coberta com recursos próprios e/ou através de empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Habitação dentro de uma linha de crédito especial, que financiará no mínimo vinte por cento e no máximo trinta por cento dos investimentos de infra-estrutura urbana e comunitária, exclusive os dispendios com máquinas e equipamentos.²⁾

• Fluxo dos Recursos

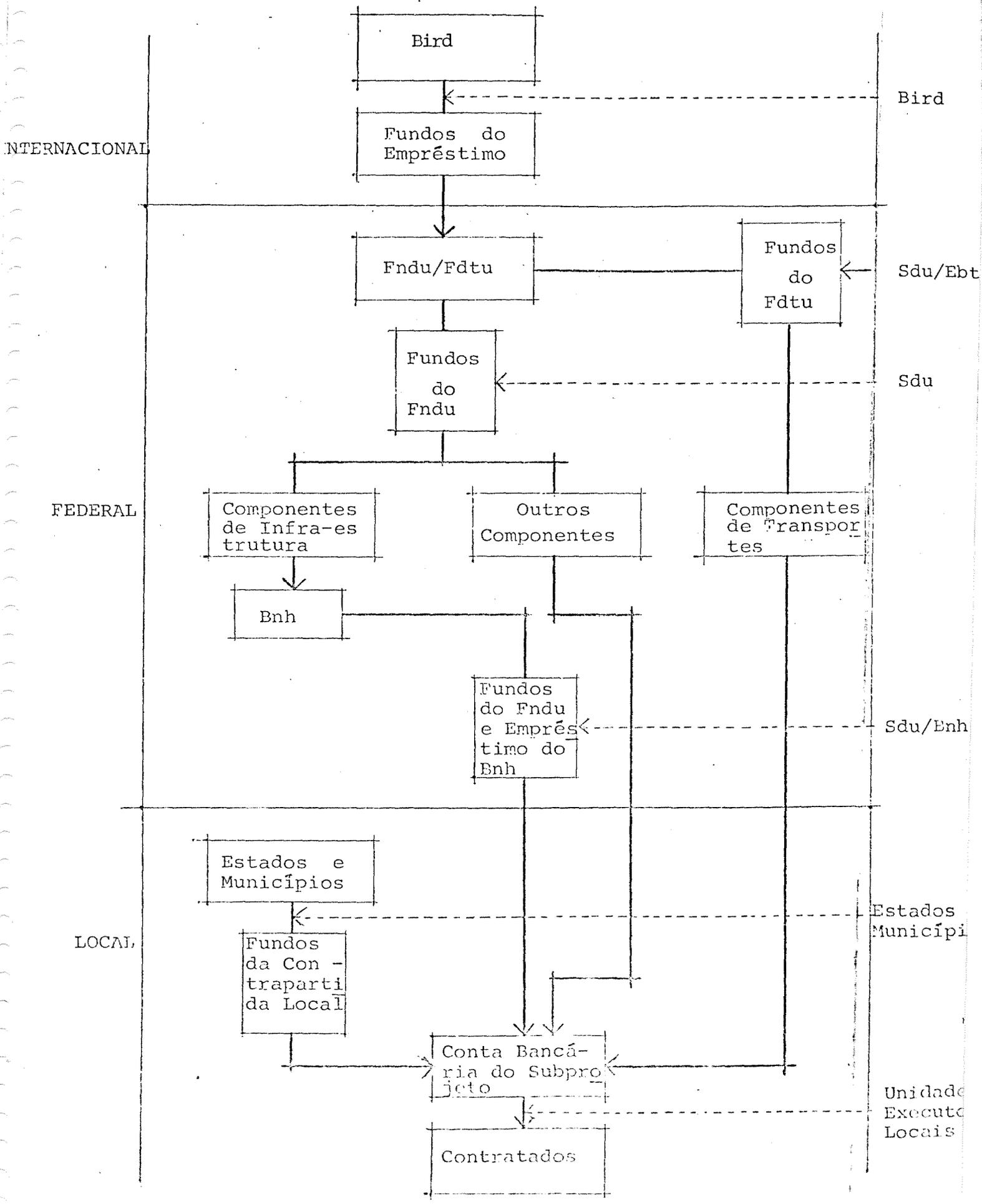
Os recursos necessários a execução dos diversos componentes serão canalizados para uma conta bancária, especialmente aberta e entram no sistema de cinco maneiras:

1) A metade dos recursos a serem repassados pelo Governo Federal, através do FNDU, são resultantes de um empréstimo reembolsável, conseguido junto ao Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, que participará assim com trinta e cinco por cento dos recursos do Projeto.

2) É exigido um empréstimo de no mínimo vinte por cento para assegurar a participação do BNH. Ver Manual Setorial de Projetos de Infra-Estrutura Urbana e Comunitária.

FLUXO DE FUNDOS

AUTORIZAÇÃO



- 1 - Os recursos para componentes de transportes serão transferidos do FDTU pela EBTU (com autorização expressa da SDU).
- 2 - Os recursos para componentes de infra-estrutura urbana e comunitária serão transferidos do FNDU pela SDU através do BNH, que atuará como agente financeiro da SDU.
- 3 - Os recursos para outros componentes e todos os equipamentos serão transferidos do FNDU pela SDU.
- 4 - Os recursos locais de contrapartida de fontes estaduais e municipais são depositados diretamente pelos Estados e Municípios e
- 5 - Os recursos de contrapartida obtidos do BNH mediante empréstimos serão liberados diretamente pelo BNH.

• Impacto Financeiro sobre os Governos Locais

Este Projeto considerou o impacto financeiro que a execução dos projetos poderia causar sobre os governos locais. Assim, a conclusão de componentes visando a melhoria de Administração municipal, e em especial, do aumento da receita própria, através da organização/atualização dos cadastros, tem como objetivo o fortalecimento das Prefeituras, no que diz respeito à sua capacidade de atender os compromissos resultantes do Projeto.

A experiência obtida nas cidades que participam do Programa indicam que as receitas fiscais de cidade deverão crescer significativamente após a execução de melhores levantamentos cadastrais, que resultarão em aumento da arrecadação, do imposto predial, mediante redução da sonegação e atualização dos valores venais. Em consequência, a amortização de empréstimos do BNH e o desembolso de recursos próprios, constituirá apenas uma pequena saída anual de recursos.

● Recuperação de Custos, Capacidade de Pagamento Familiar e Possibilidades de Repetição

Substancial parte dos recursos totais aplicados na implantação dos componentes, deverão ser recuperados dos beneficiários finais, muito embora a maior parte dos dispendios (70%) seja realizado pelo governo federal a fundo perdido. Os custos serão recuperados, onde possível, para os governos locais, que os utilizarão para a promoção do desenvolvimento local, de preferência em investimentos beneficiando a população de baixa renda, mediante a criação de um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU).

Para que seja possível recuperar custos, os componentes devem adotar padrões compatíveis com a capacidade de pagamento das famílias, de modo a permitir a recuperação de custos e possibilitar a repetição do Projeto.

. Recuperação de Custos

Devido a natureza de diversos componentes, nem sempre será possível recuperar custos de uma forma direta. Cada componente deverá ser estudado individualmente, quando se verificará a possibilidade/conveniência de recuperar custos. A seguir, apresenta-se, exemplos de estudos já realizados.

Distribuição de Alimentos - Todos os custos diretos relativos à criação e operação do sistema serão recuperados pelo atacadista (COBAL) através de preço por atacado. Os recursos para investimentos desta categoria serão repassados sob a forma de empréstimo às unidades executoras e reembolsados ao FNDU acrescidos de juros, a uma taxa real. Os custos dos investimentos em feiras livres serão recuperados através de uma taxa diária de aluguel de barracas. Um fundo de depreciação permitirá a reposição de barracas, instrumentos e carros de mão. Os custos recuperados dos locatários de barracas serão mantidos pela COBAL para uso na expansão de suas operações.

Infra-estrutura Industrial - Os custos serão recuperados através do preço de venda dos lotes industriais. Quando houver nos investimentos componentes não físicos, como por exemplo, assistência técnica, deverá ser estudada a recuperação de parcela dos gastos correspondentes. Os recursos serão repassados sob a forma de empréstimo às entidades executoras e recuperados para o FMDU com acréscimo de juros a uma taxa positiva real.

Assistência Técnica às Pequenas Empresas - As taxas da Assistência técnica proporcionada ao beneficiário abrangem desde taxas simbólicas para microempresas a taxas de custo integral para empresas médias.

Assistência Técnica e Aparelhamento de Cooperativas - Serão reembolsados todos os custos, uma vez que todas as cooperativas deverão tornar-se financeiramente viáveis. Além disso, as Cooperativas criarão fundos de reserva para educação, comercialização e tecnologia, sobre a renda líquida, para garantir o crescimento sustentado de suas operações. Os recursos serão repassados às cooperativas sob a forma de empréstimo e inteiramente recuperados (com juros) para o FMDU.

Treinamento de Mão-de-Obra - Será cobrada apenas uma taxa simbólica de cada estudante, no início do curso.

10

Água e Esgoto - As taxas de ligação e as tarifas mensais de água e esgotos cobrirão todos os custos diretos, corrigidos. Sempre que necessário, esquemas deverão ser montados com as companhias de água e esgotos, visando a redução de tarifas, de modo a se obter a adequação do Projeto à capacidade de pagamento dos usuários.

Saneamento - A recuperação de custos é obtida mediante pagamentos mensais pelos beneficiários diretos. Esquemas alternativos para pagamento deverão ser montados, podendo incluir o fornecimento de mão-de-obra, material de construção, etc.

Drenagem - A recuperação dos custos será obtida através da redução dos custos de manutenção e pelo aumento dos impostos municipais resultantes no aumento do valor das propriedades imobiliárias. Os aumentos da receita tributária poderiam ser transferidas pelos municípios ao FMDU, sob a forma de dotações.

Transportes - São financiados com receitas federais (FDTU) provenientes da cobrança de taxas dos usuários das estradas e neste sentido não são objeto de recuperação.

Lixo - Os custos da coleta e disposição do lixo, serão recuperados dos beneficiários diretos sob a forma de taxa.

Urbanização de terrenos - Serão recuperados mediante mensalidades pagas pelos beneficiários diretos de acordo com os procedimentos padronizados do BNH que incluem uma taxa de administração de 4% e um prazo de amortização de 20 - 25 anos à taxa real de juros de 1% ao ano. deverão ter acesso a estes componentes, as famílias com renda até 3 salários mínimos mensais. Poderão ser adotados os subsídios-cruzados, como por exemplo, entre lotes comerciais. Deverá ser criado um fundo de proteção contra riscos, que protegerá contra quaisquer possíveis inadimplementos por parte dos indivíduos sem emprego certo e que venham a ser aceitos dentro do Projeto.

Instalações Comunitárias - A recuperação de custos variará de acordo com os componentes. No caso de escolas, por exemplo, não deverá haver recuperação. Para outros componentes deverão ser montados esquemas adequados.

Unidades de Administração de Projetos - Não haverá recuperação direta dos custos.

Melhoria Administrativas - Recuperados indiretamente, pelo aumento da eficiência da administração local.

Levantamentos Cadastrais - Recuperação através do aumento da receita produzida pelos impostos.

. Capacidade de Pagamento

Os principais serviços a serem proporcionados devem situar-se dentro da capacidade de pagamento de famílias com renda muito baixa. Em decorrência, os padrões dos projetos executivos devem ser coerentes com essa realidade, isto é, ser simples em sua concepção, de modo a serem obtidas reduções nos custos finais. As considerações a seguir se aplicam aos projetos executivos de infra-estrutura, muito embora diversos componentes incluídos na categoria de geração de emprego e renda possam ter seus custos recuperados, total ou parcialmente. Por exemplo, no caso das taxas de ligação de água deve ser procurado um meio de serem reduzidos os custos e ampliado o prazo de pagamento do serviço. Tal medida, deverá contribuir para reduzir o número de famílias incapacitadas de se ligarem às redes de água. O aumento do número de moradias ligadas deverá permitir um fluxo de receita que mais do que compensará as reduções nas taxas de ligação. De um modo qual, consideram-se acessíveis os sistemas de distribuição d'água de o pagamento for inferior a 5% da renda familiar. Incluído-se os serviços de saneamento, o limite da capacidade de pagamento deve estar ao nível de 7%.

Os planos financeiros para urbanização de terrenos devem ser também compatíveis com a capacidade de pagamento das áreas mais pobres. O BNH possui experiência neste particular e os limites estabelecidos em seus programas, devem ser considerados.

o Possibilidades de Repetição - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. (FMDU)

Os recursos provenientes da recuperação de custos dos beneficiários finais, serão canalizados para a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), que possibilitará a repetição do Projeto em bases contínuas, reforçando a promoção do desenvolvimento urbano em cidades estratégicas.

A criação de um fundo com normas específicas para seleção de investimentos, reduz o risco de que o fluxo de recursos cria

dos pelo Projeto CPM/BIRD possa ser desviado para outros usos. Assim, o Fundo se destina a oferecer uma garantia de que os recursos serão utilizados em componentes semelhantes aos indicados neste Projeto.

Entretanto, não é possível estabelecer regras operacionais finais para cada FMDU, uma vez que serão diferentes em cada cidade. Durante a execução do Projeto será mantido um diálogo com as cidades para estabelecer regras operacionais e as cidades e estados serão estimulados a fornecer capital inicial ao fundo. Como sugestão, são listados a seguir alguns princípios gerais para estabelecimento do FMDU.

- O FMDU ficará segregado da receita geral do município e será mantido em uma conta especial, que mantenha o valor real do fundo;
- futuros investimentos a serem financiados pelo FMDU serão selecionados por órgão especialmente criado, em conjunto com a Unidade de Administração de Subprojeto, a qual assegurará que tais investimentos:

- i) prevêm recuperação de custo;
- ii) têm alto impacto sobre a pobreza e
- iii) incluem uma proporção mínima de componentes de geração de renda, selecionados de acordo com critérios específicos, como por exemplo, baixo coeficiente capital - trabalho, baixo número de empregados por empresa e importância do projeto proposto para a economia local.

- em estados onde participem dois ou mais municípios, o organismo decisório será constituído de representantes do estado e dos municípios. Será garantida uma proporção mínima de recursos para componentes qualificados e o Estado controlará suficientes votos para assegurar que, embora possa perder a votação por decisão unanime dos municípios, nenhum município poderá ser impedido de participar pela maioria dos outros.

Os FMDUs começarão a ser formados lentamente, uma vez que a recuperação de custos só terá início após a execução dos Subprojetos. É pouco razoável esperar que esses Fundos proporcionem todos os recursos para investimentos nas cidades. Espera-se porém, que tais recursos permitam o início da prestação de serviços básicos às populações urbanas pobres. Nos anos iniciais de formação do fundo, dotações orçamentárias dos estados e municípios acelerariam o processo de sua consolidação.

PARTE III

SISTEMÁTICA DE PREPARAÇÃO E ANÁLISE DOS SUBPROJETOS

A - CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

Os estudos devem ser concebidos e preparados por equipes locais, multidisciplinares, com vivência nos problemas do espaço urbano objeto de intervenção. O projeto, ao preconizar a participação de técnicos da própria cidade, visa assegurar que as decisões adotadas em todos os níveis, refletem o conhecimento profundo da realidade local, difícil de ser apreendido por equipes estranhas à cidade, em curto espaço de tempo. Além disso, é indispensável que a comunidade participe efetivamente nas diversas fases do projeto, através de seus líderes e representantes, formais ou não.

Deve se levar em conta que, a simples preparação do espaço físico é insuficiente para resolver os problemas urbanos, resultando na melhoria da qualidade da vida dos usuários de tal espaço, especialmente da população mais pobre. De um modo geral, os esforços para melhoria do espaço urbano, não são capazes de, por exemplo, conduzir a uma ativação das atividades produtivas. Quando, no processo de planejamento, são adotadas medidas para estímulo das atividades econômicas, estas, muitas vezes, se voltam para a criação de equipamentos e programas sofisticados tais como distritos industriais, áreas de turismo, centros comerciais, etc., que excluindo a mão-de-obra não especializada, adotando o uso intensivo de capital, jamais conseguem incorporar ao sistema produtivo as camadas periféricas da comunidade.

A simples melhoria "pontual" nos equipamentos de infraestrutura, sem a correspondente ativação de economia urbana, pode expulsar a população menos favorecida para áreas ainda mais carentes, através de desequilíbrios no mercado imobiliário urbano, haja visto o incremento no valor dos terrenos e o acréscimo nos custos dos serviços urbanos, sem que haja um aumento na renda real da população atingida.

O papel a ser desempenhado pelos centros médios no quadro do desenvolvimento brasileiro, como focos irradiadores do processo de modernização, descentralização da economia, redirecionamento dos fluxos migratórios, dentre outras responsabilidades que podem lhes ser atribuídas, só será conseguido quando a ativação da economia local, for suficiente para gerar emprego e renda para

a população existente e àquela resultante de seu crescimento vegetativo, acrescido de oportunidades de trabalho capazes de atrair a população migrante de outros núcleos urbanos e da área rural. Por sua vez, é impossível visualizar a criação de empregos sem a melhoria do espaço físico, capaz de gerar economias externas e garantir bons níveis de qualidade de vida da população.

Outro ponto importante a ser considerado na concepção dos estudos, é a necessidade de inserir os habitantes da cidade na produção de bens e serviços, visando não só o mercado local, mas também à sua área de influência, integrando a cidade à sua hinterlandia. Assim os efeitos multiplicadores de tal intervenção econômica deverão extrapolar a área da cidade, criando uma ligação de interdependência com os subcentros e núcleo que lhe são periféricos.

A intervenção pretendia no espaço urbano, deveria, então, se dar a partir de intervenções nos setores produtivos de economia, permitindo, de preferência, a incorporação dos segmentos menos favorecidos do sistema, seja como produtores, seja como consumidores de bens e serviços, inclusive dos serviços tipicamente urbanos. As melhorias físicas deverão estar atreladas à expansão e diversificação dos setores econômicos.

Conforme já foi dito, a tarefa de propor e justificar investimentos é de responsabilidade das autoridades municipais e/ou estaduais, as quais desenvolverão um conjunto de estudos necessário a implantação do projeto. Nestas tarefas, contarão com a assistência das agências municipais e/ou estaduais de planejamento, das unidades executoras dos Órgãos Federais Setoriais e da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano - SDU, do MINTER.

B. DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DE SUBPROJETOS

Todo o Componente de Subprojeto proposto para financiamento nos termos do Projeto será objeto de uma primeira triagem: (a) pela SG/MINTER no sentido de assegurar sua contribuição aos objetivos do Projeto e sua compatibilidade com a estratégia de desenvolvimento urbano do Município em questão; e (b) pelo BIRD, no sentido de assegurar sua compatibilidade com a política do mesmo. Os componentes do Subprojeto considerados aceitáveis segundo estes critérios, serão analisados pela SDU e Órgãos Setoriais Federais de acordo com as diretrizes aqui contidas. Serão aceitos para financiamento nos termos do Projeto apenas os Componentes de Subprojetos analisados de acordo com as presentes

diretrizes e que atinjam critérios satisfatórios de elegibilidade.

● Componentes de Infraestrutura

. Principios Gerais

A análise de componentes de Subprojetos de infra-estrutura, terá como princípio geral, alcançar os objetivos do Subprojeto ao menor custo e estender a provisão dos serviços de infra-estrutura à "população urbana pobre".

Entende-se o termo "população urbana pobre", aquele segmento da população urbana que reside em áreas de baixa renda e que possui uma renda familiar mensal menor que três vezes o salário mínimo-regional. Os componentes deverão ser tecnicamente justificáveis, viáveis em termos econômicos e/ou financeiros e alcançar o máximo retorno dos investimentos diretamente dos beneficiários.

. Impacto sobre a Pobreza Urbana

Os componentes de Subprojetos de infra-estrutura deverão canalizar o maior número de benefícios possível à população urbana pobre. A maneira mais direta de fazê-lo é identificar e mapear as áreas de pobreza urbana, isto é, onde menos 70% da população, possui renda familiar inferior a três salários mínimos regionais localizando os componentes de Subprojeto nessas áreas. Este procedimento deverá ser adotado particularmente para componentes de abastecimento d'água, fossas sépticas, eletricidade, equipamentos comunitários e pavimentação. Componentes desta natureza - não localizados em áreas de baixa renda deverão apresentar justificativa especial. Outros componentes, como corredores de transportes, drenagem e coleta de lixo não são alocados tão facilmente. O impacto dos componentes de transporte sobre a pobreza urbana será maximizado pela ênfase em transporte coletivo: nos componentes relativos a resíduos sólidos, a extensão dos serviços - deverá enfatizar áreas de baixa renda e deverão ser adotadas medidas para conservar a renda de pessoas cuja principal atividade é baseada na coleta de lixo; e para componentes de drenagem deverá ser dada prioridade para áreas de baixa renda. Nos componentes de lotes urbanizados, o impacto sobre a pobreza urbana será assegurado através dos critérios de elegibilidade. O princípio - básico é que apesar de nem todos os componentes virarem a beneficiar diretamente ou exclusivamente à população urbana pobre, deverá ser demonstrado que a principal ênfase do pacote total do Subprojeto é a canalização de benefícios para aquele segmento da população urbana.

Especial atenção deverá ser dada às relações entre soluções de baixo custo para a provisão de serviços, mecanismos de retorno dos investimentos e capacidade de pagamento. Nem todos os pacotes de soluções de baixo custo serão compatíveis com a capacidade de pagamento da população urbana pobre, especialmente das famílias com renda menor que um salário mínimo. Uma vez identificados as soluções de menor custo deverá ser prestada especial atenção à criação de mecanismos inovadores de retorno de investimentos e de uma combinação apropriada de componentes de Subprojetos e padrões (standards) diferenciados no sentido de estender os serviços à maior faixa possível da população urbana pobre. Deverá ser tomado especial cuidado para minimizar a desagregação da estrutura fundiária existente ocasionada por incrementos nos preços de terrenos decorrentes da implementação dos Subprojetos. Para diminuir este tipo de problema, poderão ser adotados procedimentos como legalização da posse da terra e a provisão de serviços de infra-estrutura urbana em áreas de baixa renda de maneira ampla, no sentido de evitar pressões indevidas em preços da terra causadas por uma promoção desigual em poucas dessas áreas.

. Elaboração de Projetos Executivos

Na elaboração dos projetos executivos, é importante examinar diversas propostas no sentido de explorar alternativas de padrões, níveis de atendimento dos serviços, materiais, processos construtivos e custos, para que a solução de baixo custo mais apropriada seja encontrada. Esta poderá ser determinada, em áreas muito pobres, pela capacidade de pagamento dos beneficiários.

Por exemplo, bicas de água comuns ao invés de ligações domiciliares; fossas secas (através de auto-construção) ao invés de sistema sépticos. Alternativamente, pode ser apropriado e financeiramente viável oferecer aos usuários de uma mesma área uma variedade de soluções. Em todos os casos, os projetos deverão ser avaliados em função de sua compatibilidade com as necessidades e disponibilidade financeira da população alvo. Deverão ser também, analisados quanto ao uso de materiais de baixo custo, produzidos localmente ao invés de importados e quanto à simplicidade de técnicas construtivas que explorem operações de auto-construção (mutirão) ou mão-de-obra local não especializada ou semi-especializada. Além disso, os termos de referência para projetos deverão ser examinados quanto a capacidade e padrões de atendimentos (por exemplo, sistemas de abastecimento d'água deverão ser dimensionados para níveis de consumo real em áreas de baixa renda ao contrário de serem adotadas normas nacionais ou internacionais).

Em termos gerais, o dimensionamento da infra-estrutura deverá ser refeito ao mínimo necessário (por exemplo, em áreas de baixa renda, vias de duas pistas ao invés de quatro pistas). Regulamentação especial deverá ser introduzida, onde ainda não tenha sido, para permitir o uso de padrões mais baixos em áreas de baixa renda. Os projetos deverão ser analisados, em seus aspectos físicos, quando à eficiência do partido geral (layout) adotado, tanto no que se refere a componentes de Subprojetos de infra-estrutura como de edificações. Por exemplo, os componentes de lotes urbanizados deverão maximizar o número de lotes e a área útil e minimizar a extensão das vias e das redes de serviços; nas edificações, o espaço para circulação deverá ser minimizado através de um partido geral compacto e eficiente. Padrões e investimentos mais elevados poderão, em alguns casos ser justificados como maneira de reduzir despesas de manutenção e operação. Estes casos deverão ser documentados quanto à relação dos custos alternativos de implantação e operação e quanto à disponibilidade de recursos locais e financeiros para manutenção.

. Andamento dos Projetos Executivos

A causa primeira de atrasos na execução de componentes de Subprojetos é o atraso na obtenção de projetos de engenharia final para infra-estrutura. Deverá ser estabelecido um cronograma de elaboração dos projetos de engenharia final e o trabalho naqueles componentes de Subprojetos que serão executados primeiro deverão ser iniciado o mais cedo possível, subsequente a sua aprovação pela SDU.

Terra - A análise deverá assegurar a disponibilidade de terra suficiente e adequada e da necessária infra-estrutura básica (por exemplo, eletricidade, drenagem e abastecimento d'água em componentes de lotes urbanizados); a acessibilidade à área (por exemplo, transportes coletivos para áreas de emprego em componentes de habitação); que o custo estimado da terra seja razoável, e que tenham sido adotadas medidas adequadas para indenizar e relocalizar famílias deslocadas pelo componente.

. Estimativas de Custos

Todas as estimativas de custos serão analisadas quanto a seu realismo e, sempre que possível, comparadas com experiências recentes. Custos unitários deverão ser calculados e comparados com componentes de Subprojeto similares, em outras cidades. Custos de projetos e de fiscalização deverão ser mantidos em níveis razoáveis, que estejam de acordo com procedimentos usuais. O nível do projeto deverá ser examinado e reservas de contingência

analizadas para assegurar que traduzem uma estimativa realista de eventuais incrementos de custo.

- Procedimentos de Licitações

Qualquer procedimento de licitações ou concorrência que não corresponde aos procedimentos padrões de Projetos deverá ser registrado e justificado.

- Retorno dos Investimentos

Em termos gerais, os componentes de Subprojetos deverão recuperar de seus beneficiários diretos a maior proporção possível dos investimentos e dos custos de operação. Em componentes de abastecimento d'água, esgotos, eletricidade, sépticas e lotes urbanizados, o retorno dos custos totais deverá ser alcançado através de tarifas diretas e taxação aos beneficiários. Em componentes de drenagem, o retorno dos custos deverá ser maximizado através do aumento de impostos sobre a propriedade da terra beneficiada. Em componentes de equipamentos comunitários, como postos de saúde e centros de desenvolvimento infantil deverá ser tentado o retorno de parte dos custos de operação e manutenção através de cobrança de taxas e do uso de trabalho voluntário. Os componentes relativos a transportes, escolas e estudos especiais geralmente não irão proporcionar nenhum retorno direto.

- Capacidade de Pagamento

O êxito do projeto executivo do componente de Subprojeto depende de se considerar não só as necessidades da população urbana pobre, mas também a disponibilidade de recursos financeiros. Na maioria dos casos, um conjunto de componentes de Subprojetos e convenientes padrões físicos diferenciados será necessário para possibilitar o estendimento em serviços para mais ampla parcela da população urbana pobre. Os componentes de abastecimento d'água poderão combinar ligações domiciliares em unidades de vizinhanças cujos moradores sejam capazes de pagá-las, com bicas comuns, ligações em condomínio ou com fluxo de água limitado, nas áreas de mais baixa renda. No atendimento à população extremamente pobre, pode se fazer necessário o uso de padrões mais baixos do que os usualmente considerados aceitáveis, no sentido de proporcionar serviços compatíveis com a capacidade de pagamento dos moradores.

Ao contrário de uma total melhoria das favelas, os componentes deverão se concentrar em itens de maior prioridade como abastecimento d'água, legislação da posse da terra ou um posto de saúde. Soluções inovadoras, em termos técnicos e financeiros e diversidade de componentes de subprojetos são essenciais ao atendimento da maior parcela possível da população urbana pobre.

Avaliação Econômica e Financeira

Os procedimentos a serem usados variam de componente para componente. Em componentes de abastecimento d'água, esgotos e eletricidade, deverá ser procedida uma análise financeira levando em consideração os custos de implementação e operação e a receita da companhia proveniente de taxas de ligação e pagamentos mensais dos beneficiários, para assegurar que o componente não se tornará uma carga financeira para a concessionária. Em componentes de fossas sépticas, a análise financeira deverá definir tarifas mensais que permitem o retorno de seu custo total em um período razoável de tempo. Em componentes de coleta de lixo, a análise financeira deverá definir taxas de coleta capazes de cobrir os custos de operação e manutenção de componentes, incluindo uma reserva para depreciação de capital. Em componentes de transporte, deverá ser procedida uma análise de custo/benefício, incluindo custos de implementação e manutenção e, como estimativa dos benefícios, economias em custos de operação dos veículos, custos de manutenção de vias (quando for o caso) e tempo de viagens. Quando for possível, os benefícios deverão ser divididos por tipo de veículo e faixa de renda. Em componentes de drenagem, uma análise custo/benefício deverá ser procedida, incluindo custos de implementação e operação e, como estimativas de benefícios, redução de custos de manutenção, valorização de terrenos ou propriedade beneficiadas pelo controle de cheias ou erosão. Em componentes de lotes urbanizados deverão ser procedidas análises financeira e econômica. A análise econômica deverá comparar os custos do componente, com os benefícios em termos do valor do mercado dos lotes produzidos. A análise financeira deverá assegurar viabilidade financeira do componente do ponto de vista da companhia de habitação local. Em componentes de infra-estrutura para os quais é inviável o dimensionamento e avaliação dos benefícios (por exemplo, postos de saúde, escolas, etc.) deverá ser demonstrado menor custo e que tenham sido assegurados recursos para

a operação e manutenção

• Avaliação da Pobreza Urbana

Em cada componente de Subprojeto, deverão ser preparadas estimativas do número e proporção relativa (percentual) da população urbana pobre que atualmente não dispõe do serviço (por exemplo, água) e que será atendida pelo componente. Deverão ser fornecida estimativa tanto da proporção dos custos do componente que irão gerar benefícios a esta parcela da população, particularmente quando estiverem sendo providos diferentes padrões de serviços para diferentes faixas de renda.

• Componentes de Geração de Emprego e Renda

• Principios Gerais

A diretriz geral para a análise de componentes de Subprojetos de geração de emprego e renda, define que cada componente deverá criar empregos e/ou renda através de um processo produtivo, isto é, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Não é suficiente a transferência dos lucros de uma dada operação de um grupo para outro (por exemplo, pela eliminação de intermediários) sem que seja criada uma real redução dos custos e aumento da produtividade. Os componentes deverão ser viáveis em termos técnicos, econômicos e financeiros. Os custos dos componentes deverão ser recuperados através de operação com taxas de juros convenientes. É preferível que uma parcela significativa dos empregos e aumentos de renda criados seja recebida pela população urbana pobre.

• Relação com a Demanda do Mercado

Deverá ser procedida uma análise de demanda de mercado para assegurar a comercialização da produção e para identificar as potencialidades de mudanças em preços de venda. Deverão ser examinadas fontes de dados relevantes e verificada a validade dos dados. Deverá ser tomado cuidado para evitar o frequente erro de usar a média simples, não só para representar distribuições irregulares bem como servir de dado (input) para relações não lineares. Aumentos, tanto em produção como em produtividade, deverão ser criticamente comparados com a capacidade dos produtores. Todos os fluxos seja para comercialização, produção, treinamento, etc., deverão ser verificados quanto à racionalidade.

Capacidade Gerencial

Um dos fatores mais críticos para o sucesso de um componente de Subprojeto é a capacidade gerencial. O gerenciamento competente é importante em todos os componentes de geração de emprego, especialmente quando se referem a organizações tipicamente suscetíveis a problemas gerenciais como cooperativas e associações. Caso as empresas a serem assistidas estejam atualmente operando, seus registros administrativos deverão ser examinados e prevista adequada assistência técnica para a solução de eventuais problemas. No caso de criação de novas empresas, deverão ser estabelecidos procedimentos para identificação e contratação de pessoal administrativo competente. Deverá ser levada em consideração e criação de programas de desenvolvimento e assistência técnica gerencial. Como o objetivo de identificar os problemas em um estágio inicial, deverá ser previsto um rigoroso sistema de acompanhamento gerencial e financeiro com critérios de desempenho pré-estabelecidos e com a responsabilidade de receber as informações de saída (output) de acompanhamento, prestadas à Unidade de Administração do Subprojeto.

Elaboração de Projetos Executivos

Todo o esforço deverá ser feito para que soluções de menor custo sejam encontradas. Isto envolve a revisão das estimativas de custo para terra, edificações, pessoal, crédito, etc., no sentido de verificar que: (a) os padrões não sejam superdimensionados (b) as quantidades tenham sido restritas ao mínimo necessário, e (c) os custos unitários apresentam os menores preços disponíveis. Deverá ser feito todo o esforço possível para que sejam usadas edificações existentes ou alugadas antes da construção de novas instalações, projetos padronizados sejam adotados, o volume de paredes e espaços abertos seja reduzido, sejam utilizados materiais e processos construtivos locais e numerosas relações de pessoal sejam avaliadas. Sempre será de grande utilidade o uso de custos unitários que possam ser comparados com custos unitários de componentes semelhantes. Todo o esforço deverá ser feito para minimizar os investimentos iniciais e para reinvestir os lucros do negócio na aquisição de ativos adicionais. As atividades de execução dos componentes deverão ser programadas em fases, no sentido de evitar a superposição de atividades sequenciais. Os requisitos gerais referentes ao desenvolvimento dos projetos, terras, es

timativa de custos e procedimentos de licitações são similares em componentes de geração de emprego e renda, de infra-estrutura e foram vistos anteriormente.

Avaliação Financeira

O objetivo da análise financeira é assegurar que o investimento - produzirá uma empresa ou entidade capaz de atuar dentro do sistema de mercado. Todos os custos de implementação e operação deverão ser incluídos (isto é, - projetos, terrenos, construção, equipamentos, crédito, estoques iniciais, pessoal e outros custos de operação bem como assistência técnica, estudos e fundos - de reserva). Em componentes cujo objetivo é a expansão de operações existen - tes, apenas os custos adicionais de expansão deverão ser incluídos; custos de incerteza deverão ser excluídos. O fluxo de caixa líquido deverá ser pro - jetado para todo o período de duração do componente e sua viabilidade finan - ceira verificada, especialmente nos anos iniciais de implantação. A taxa in - terna de retorno financeiro deverá ser calculada e utilizada como instrumento de diagnóstico para identificar problemas e investigar maneiras de melhorar o componente. Deverá ser examinado um conjunto de razoáveis hipóteses quanto a vendas, preços, alterações de custos e imprevistos. Deverão ser determinados - fundos de reserva adequados para riscos, expansão e reposição do capital esta - belecidos cronogramas para sua formação a partir de contribuições dos lucros - líquidos. Deverá ser tomado cuidado para evitar o conflito entre os objetivos de aumentar os preços pagos aos produtores (especialmente em cooperativas) e de reduzir os preços finais para os consumidores, colocando em risco a viabi - lidade financeira. Deverá ser identificado qualquer risco relevante que venha a comprometer a viabilidade financeira do empreendimento e serem adotadas me - didas para minimizá-los.

Retorno dos Custos

Em cada componente de Subprojeto espera-se da definição de meca - nismos de recuperação de custos, o retorno das despesas com sua execução mais uma taxa de juros aplicada ao principal para o Fundo Local de Desenvolvimento a ser usado em novos projetos. Os detalhes do mecanismo (período de amortiza - ção, de carência, etc.) deverão ser desenhados, para cada caso específico, - mas é desejável que o componente inicie a amortização de seus custos dentro - do período de execução do Subprojeto.

Avaliação Econômica

A análise econômica deverá quantificar os esperados aumentos da produção e as reduções de custos devidos a cada componente de Subprojeto. A produção gerada fora de empresas assistidas pelo componente deverá ser eliminada de estimativas de benefícios totais. Por exemplo, o benefício econômico de cooperativas de pesca não deverá incluir a atual produção de peixe que será canalizada através da cooperativa, mas apenas o aumento da produção de peixe ou reduções reais em custos de distribuição atribuídas ao componente. Em componentes de assistência técnica, os benefícios deverão incluir o esperado crescimento das vendas ou redução de custos, resultante da assistência técnica. As estimativas deverão ser baseadas em experiências em situações similares. Em componentes de treinamento de mão-de-obra, os benefícios deverão incluir estimativas de aumento de renda devido ao programa, em cinco anos, baseados na renda atual dos treinandos em potencial e trabalhadores com especialidade nas quais o treinamento é oferecido. Transferências financeiras (como taxas) deverão ser eliminadas dos custos econômicos. Deverão ser calculados indicadores econômicos, incluindo o valor líquido atual, a taxa interna de retorno e a relação custo/benefício.

Avaliação da Pobreza

Em componentes de Subprojetos aceitáveis em termos econômicos e financeiros, o impacto a pobreza urbana deverá ser calculado. Os indicadores-chave para tanto são: (a) para componentes de criação de empregos, o número de empregos criados e o custo de capital (incluindo crédito) por emprego criado; (b) para componentes de geração de renda, o valor adicionado repartido com renda e os benefícios marginais para a população alvo. A base para a estimativa de empregos criados deverá ser documentada, usando-se experiência existente em setores similares.

0 Componentes de Administração Municipal

Componentes de Subprojetos de Administração municipal são de análise mais difícil, mas aplicam-se os mesmos princípios gerais já enunciados. Os objetivos do componente deverão ser alcançados sob o mais baixo custo. Programas para identificar problemas e implementar soluções na administração municipal deverão enfatizar o contexto local, evitando especialmente o uso de tecnologia sofisticada que exceda a capacidade local de absorvê-la e operá-la. Os componen

tes deverão ser simples. Os benefícios potenciais deverão, na medida do possível, ser identificados e quantificados, especialmente em componentes destinados a melhorar a arrecadação municipal. Os componentes deverão ser preferencialmente concentrados em administração e finanças do que em edificação (por exemplo, centros administrativos).

• Diretrizes Diversas

• Medidas Complementares

Todas as medidas complementares e ações necessárias a execução dos componentes deverão ser listadas e assegurada a sua realização. Estas medidas incluem recursos financeiros para operação e manutenção de serviços, regulamentação de tráfego, alterações de zoneamento, disponibilidade de linhas de crédito, etc.

• Unidade Executoras

A análise deverá examinar todos os órgãos que estarão envolvidos na execução de cada componente. O objetivo da análise será o de verificar a autoridade, competência e capacidade das agências em arcarem com suas responsabilidades, e se as relações entre elas possibilitem relações de trabalho eficientes e eficazes. No sentido de bem executar o componente, deficiências nessas áreas deverão ser corrigidas. Na análise das agências, é importante considerar os seguintes pontos: (a) suas características formais, usualmente descritas em seus Estatutos Sociais ou Regimentos Internos; (b) sua capacidade técnica, indicada pelo tamanho e qualificação de suas equipes de níveis médio e superior; (c) o desempenho, planejado e real, da agência nos três últimos anos e uma avaliação de seu potencial futuro; (d) sua posição no contexto institucional em que opera; e (e) suas relações internas e externas. A análise de medidas de implementação, particularmente as que envolvem coordenação inter-institucional deverá considerar também as estruturas existentes, instrumentos de coordenação e controle e mecanismos de redução de conflitos.

• Coordenação

Durante a análise será necessário examinar os arranjos que estarão sendo feitos para coordenação geral, autorização final dos gastos com os componentes, compatibili-

zação de contas bancárias dos componentes, acompanhamento do desenvolvimento dos componentes, preparação de relatórios de gerência, supervisão dos organismos de implementação, solução de conflitos técnicos entre organismos (ao nível local) e preparação de qualquer elemento adicional do componente ou alocação orçamentária de se faça necessária. A Unidade de Administração de Subprojeto será criada para preencher essas funções. Esta Unidade deverá ser convenientemente localizada dentro da estrutura organizacional, seu chefe deverá ser suficientemente experiente na organização e deverá contar com um número suficiente de pessoal convenientemente qualificado para o conjunto específico dos componentes de Subprojeto daquela cidade. Além disso, o sistema operacional concebido deverá permitir à Unidade intervir de maneira oportuna e efetiva, concedendo ou negando as aprovações necessárias.

. Impacto nas Finanças Locais

Este elemento da análise deverá examinar a capacidade financeira das Unidades Executoras de executar cada componente de Subprojeto, tanto em termos de despesas de capital, capacidade de endividamento (quando for o caso), disponibilidade e fontes de recursos de contrapartida, como da capacidade de custear eventuais despesas de operação e manutenção.

C - CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

0 Critérios gerais

Os componentes de Subprojeto somente serão aceitos para financiamento caso preencham os seguintes critérios, de qualificação, salvo outros casos a serem estudados.

Todo componente de Subprojeto deverá:

- (a) ser tecnicamente justificável em termos de eficácia do projeto e da operação;
- (b) ser uma solução de menor custo;
- (c) maximizar a proporção de benefícios canalizados diretamente a residentes em áreas de baixa renda;
- (d) ser programado para execução por organismos competentes;
- (e) ter previsto os necessários arranjos para a provisão de recursos para cobrir custos de operação e manutenção.

0 Critérios Específicos

Os componentes deverão atender os seguintes critérios-específicos de qualificação:

Abastecimento de Gêneros, Infra-Estrutura Industrial e Equipamentos e Assistência Técnica a Cooperativas

- (a) ser economicamente justificados, com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);
- (b) ter uma taxa interna de retorno financeiro positiva;
- (c) assegurar que a soma das receitas brutas de todas as fontes e de rendas não operacionais líquidas seja pelo menos suficiente para cobrir a soma de todas as despesas operacionais, incluindo manutenção e administração, depreciação e outros custos de operação não monetários, necessidades de capital de giro, pagamentos de juros e outros custos devidos, amortização do principal (até o limite não coberto pela depreciação) todas as taxas e pagamentos devidos como impostos, todos os dividen

dos e outras distribuições de lucros e todas as despesas de capital para as quais não tenham sido assegurados recursos;

- (d) assegurar que as despesas do componente de Subprojeto serão feitas por empréstimo com uma taxa de juros não inferior a 2% e não superior a 6% sobre o principal calculada de acordo com o índice das - ORTN.

. Assistência Técnica e Gerencial a Pequenas Empresas e Cooperativas

- (a) ser economicamente justificados com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);
- (b) recuperar os custos, no mínimo de acordo com a média nacional do CEBRAE para firmas e cooperativas do mesmo porte.

. Treinamento de Mão-de-obra

- (a) ser economicamente justificados com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);
- (b) prever a cobrança de no mínimo, uma taxa nominal para cada curso de treinamento.

. Abastecimento d'água e Esgotos

- (a) possuir uma taxa interna de retorno financeiro, num período de 25 anos, computada sobre os investimentos, inclusive recursos a fundo perdido, custos marginais de oferta e de operação e sobre receitas de ligações, taxas e tarifas, ou cobrir custos de operação e manutenção, usar tecnologia de baixo custo e ser executado por uma companhia que venha a receber não menos que 5% sobre seu capital social - após a execução do componente;
- (b) prever a cobrança de taxas de ligação (pagas parceladamente, se necessário) suficientes para atingir no mínimo 65% das ligações em áreas de baixa renda e de tarifas de acordo com a legislação pertinente.

. Fossas Sêpticas

Recuperar o custo total através de pagamentos mensais dos beneficiários a uma taxa de juros igual a zero mais correção monetária, por um período não excedente a 25 anos.

. Drenagem

- (a) ser economicamente justificados com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);
- (b) ser acompanhados por incrementos nos valores avaliados de propriedades, refletindo a valorização ocasionada pelo componente, na forma de legislação pertinente;

. Transporte

- (a) enfatizar melhorias nos transportes coletivos de baixo custo;
- (b) ser economicamente justificados com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);

. Coleta e Disposição Final de Lixo

Recuperar inteiramente os custos de manutenção e operação, através de taxas municipais de coleta cobradas dos beneficiários, incluindo uma reserva para depreciação de capital baseada na expectativa de vida útil dos equipamentos e materiais.

. Lotes Urbanizados

- (a) ser economicamente justificados com um valor líquido atual positivo (a uma taxa de desconto de 11%);
- (b) ser viáveis financeiramente e recuperar os custos dos beneficiários no mínimo equivalente aos requisitos das Regulamentações do PLANHAP, aplicáveis a projetos executados pelas COHABs para o PROFILURB;
- (c) restringir os beneficiários a famílias com renda mensal de não mais de três salários mínimos regionais, exceto em casos de relocação resultante da implantação de outros componentes;
- (d) maximizar o atendimento de beneficiários das famílias mais pobres.

. Equipamentos Comunitários

Recuperar a maior proporção possível de custos de operação e manutenção através de contribuições em trabalho voluntário e taxas cobradas aos beneficiários diretos.

. Distribuição de Eletricidade

Attingir uma taxa interna de retorno financeira de 12% sobre o incremento líquido ao projeto de eventuais contribuições do Fundo Global de Garantia.*

. Outros Componentes

O critério básico será a viabilidade econômica ou financeira e a recuperação de custos de acordo com definições aceitáveis.

* Decreto-Lei nº 1.383 de dezembro de 1974, regulamentado pela
pela Portaria nº 365 de 25 de março de 1975, do Ministério de
Minas e Energia.

D - OS ESTUDOS NECESSÁRIOS

Os estudos mais importantes e que formam a base indispensável à definição da programação de investimentos de cada Subprojeto são a seguir apresentados. O primeiro deles - Perfil da Cidade - cuja preparação é objeto de orientação direta da SDU, é aqui discutido em detalhes. Os outros - Estudos de Viabilidade Técnico/Econômico/Financeiro (Ante-Projetos) e Projetos Executivos, são discutidos em suas minúcias nos Manuais Setoriais de Projeto, preparados pelos Órgãos Setoriais Federais. Neste Manual serão apenas considerados de maneira global.

0 Perfil da Cidade

A primeira etapa a ser executada, dando início aos estudos necessários à implantação do Projeto, é o Perfil da Cidade, base de todos os trabalhos subseqüentes.

O Perfil, preparado a nível local sob a supervisão direta da SDU/MINTER, descreve a cidade, abordando sua localização e características gerais, demografia e mão-de-obra, aspectos econômicos, infra-estrutura e serviços urbanos, administração e serviços municipais e apresenta uma "explicação" quantitativa e espacial dos problemas que a cidade enfrenta.

Quanto aos aspectos econômicos, deve ser dada ênfase nas ligações da economia local com sua região de influência, ao mesmo tempo em que deverão ser estudadas as atividades que apresentam maior potencial de crescimento em termos de geração de emprego e renda. Desta forma, o Perfil deve abordar o potencial socioeconômico da cidade no contexto microregional.

De fundamental importância, será o dimensionamento e caracterização da população pobre, o principal alvo a ser atingido pelo Projeto. Para isto, é essencial estudar o setor informal da economia urbana, via de regra, grande absorvedor de mão-de-obra não qualificada.

Além da caracterização e diagnóstico dos problemas, o Perfil deverá apresentar uma proposta de intervenção para a cidade, com substanciada numa estratégia a ser adotada para o desenvolvimento local. A estratégia deverá expressar a forma como a cidade encara o problema do desenvolvimento, estabelecendo para a solução dos problemas existentes.

O Perfil é encerrado com um pacote de "Perfis de Projetos" e de uma análise de como contribuirão para a solução dos problemas da cidade. Os "Perfis de Projeto" são documentos que apresentam

uma breve descrição do projeto, seus objetivos, estimativas de custos (de investimentos, manutenção e operação), população beneficiária, aspectos institucionais, etc.

Qualquer projeto que se classifique numa das categorias de finidas pelo Projeto - geração de emprego e renda, infra-estrutura e serviços urbanos e melhorias administrativas e financeiras da administração municipal podem ser propostos, observados os critérios de qualificação e as diretrizes para elaboração de projetos. Este sistema, permite às cidades, propor soluções específicas para os problemas locais, à luz de suas necessidades e prioridades.

A seguir, apresenta-se, como sugestão, um roteiro básico para a preparação do Perfil da Cidade.

PERFIL DA CIDADE

- ROTEIRO -

INTRODUÇÃO

I -CARACTERISTICAS GERAIS E SITUAÇÃO

- 1. Situação
- 2. Acessibilidade
- 3. Origem e evolução

II -ATIVIDADES ECONOMICAS

- 1. Evolução de economia municipal em seu contexto regional
- 2. Aspectos Setoriais da Economia
 - . Setor Primário
 - . Setor Secundário
 - . Setor Terciário
- 3. Caracterização e importancia do setor informal
- 4. Potencialidades e problema das atividades economicas

III-SITUAÇÃO SOCIAL

- 1. Composição e evolução demografica
- 2. Emprego, mão-de-obra e renda
- 3. Oferta e necessidade de serviços
 - 3.1-Água e Esgotos
 - 3.2-Águas Pluviais e Drenagem
 - 3.3-Pavimentação
 - 3.4-Saúde
 - 3.5-Alimentação e nutrição
 - 3.6-Educação
 - 3.7-Transportes

- 3.8 - Energia Eletrica
- 3.9 - Comunicações
- 3.10- Lazer
- 3.11- Coleta e disposição de Lixo
- 3.12- Habitação
- 3.13- Abastecimento

4. Dimensionamento e características da população urbana pobre

- 4.1 - Informações Gerais
- 4.2 - Composição demografica
- 4.3 - Renda e despesa familiar
- 4.4 - Estrutura de ocupação
- 4.5 - Disponibilidade de infra-estrutura urbana e serviços
 - . Água e Esgotos
 - . Águas Pluviais e Drenagem
 - . Pavimentação
 - . Saúde
 - . Educação
 - . Transportes
 - . Energia Eletrica
 - . Comunicação
 - . Lazer
 - . Habitação

IV- ORGANIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL

- 1. Características de implantação urbana
- 2. Estrutura da organização do espaço
- 3. Uso do Solo Urbano
- 4. Sistema Viário e Transportes
- 5. Instrumentos de Organização Físico-Territorial

V- ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1. Organização administrativa e atividades - meio
- 2. Atividades - fim

VI- Estratégia de Intervenção

- 1. O Plano Local de Desenvolvimento. Estratégia de ação
- 2. O Projeto CPM/BIRD como estratégia do desenvolvimento local

VII - INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO: PERFIS DE PROJETOS

ANEXOS

- I - MAPAS
- II - TABELAS E QUADROS
- III - INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DE PERFIS DE PROJETOS

O conteúdo de cada parte do perfil deverá ser em linhas gerais o seguinte:

I - CARACTERÍSTICAS GERAIS E SITUAÇÃO

Apresentar características gerais da cidade e sua microrregião⁽¹⁾ quanto a aspectos do meio físico, relevo, clima, vegetação, recursos hídricos, etc.

Situar a cidade e sua microrregião através de:

1 - Situação

Através de mapa, (base FIBGE/Divisão do Brasil em Regiões - Funcionais Urbanas) indicar a cidade, região de influência imediata, região de influência e macrorregião.

2 - Acessibilidade

Situar a cidade e sua microrregião na malha viária da macrorregião, destacando as estradas vicinais e ligações em sua área de influência, incluindo as rotas marítimas, lacustres, fluviais e aéreas - quando for o caso.

3 - Origem e Evolução

Apresentar breve histórico de origem e formação da cidade - sua evolução, destacando as funções que exerce em termos estaduais, regionais e nacionais. Enfatizar as relações existentes entre a cidade e sua região de influência (microrregiões).

(1) Ver "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas", FIBGE, Rio de Janeiro, para adotar como microrregião a região funcional urbana.

II - ATIVIDADES ECONÔMICAS

Este capítulo deve caracterizar a evolução recente da economia local em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Antes que um retrato estatico e descritivo de situação atual, objetiva a análise das condições e da problemática do desenvolvimento econômico municipal, suas causas e prováveis tendências de evolução.

Para isto, torna-se necessário analisar a economia municipal de per-se e no contexto regional onde se situa, procurando-se, na medida do possível, identificar os entraves da natureza regional e aqueles que têm implicações apenas locais no desenvolvimento.

A análise Setorial da economia deve ser conduzida de modo a serem identificadas as potencialidade a serem exploradas para acelerar o desenvolvimento economico, caracterizando-se as atividades capazes de gerar emprego e renda, a curto e a médio prazo .

1. Evolução da economia municipal em seu contexto regional

Estudo do desempenho recente da economia do município em seu contexto regional. Contemplar a evolução dos grandes agregados da economia local em comparação com os valores regionais. Destacar as vantagens locacionais do município, as disponibilidades de recursos naturais e de infra-estrutura econômica que influenciam / condicionam o desenvolvimento tais como: Sistema de energia elétrica, comunicações, transportes, armazenamento, dentre outros . Evolução dos níveis de emprego e renda.

2. Aspectos setoriais da economia

0 Setor Primário

. Estudar o desempenho e comportamentos do Setor primário , dando ênfase no crescimento da produção dos principais produtos . Analisar a pecuária agricultura, pesca, atividades extrativas vegetais e animais.

- . Evolução do crédito rural
- . Análise do estágio tecnológico das diversas atividades sua importância na absorção de mão-de-obra. Tendências a médio prazo
- . Perspectiva Setorial a curto e a médio prazo
- . Potencialidades e problemas do setor

0 Setor Secundário

Análise do comportamento do setor secundário destacando sua importância na economia do município e da região. Crescimento do número de estabelecimentos, do valor da produção e do nível de emprego em anos recentes. A análise deverá abordar, dentre outros, os seguintes aspectos:

- . Características gerais do setor, segundo os gêneros de indústrias - Número de estabelecimentos, valor da produção, valor da transformação industrial, pessoal ocupado. Participação da indústria no conjunto da região.
- . Principais produtos industriais - Evolução da produção dos principais produtos, segundo os ramos industriais e sua importância na produção regional.
- . Crédito Industrial - O crescimento do volume de crédito, por ramo industrial, em anos recentes.
- . Análise do estágio tecnológico dos principais ramos industriais (indústria de transformação) e sua importância na absorção de mão-de-obra. Tendências a curto e médio prazo.
- . Principais problemas do Setor. Falências e concordatas
- . Perspectivas, potencialidades e problemas da indústria local a curto e a médio prazo.
- . A importância da indústria da construção civil e de outros Setores utilizadores de mão-de-obra intensiva na oferta de empregos.

• Setor Terciário

A importância do setor terciário na economia do município e no contexto regional. Polarização das diversas atividades em relação aos demais núcleos da área. Seu comportamento e evolução recente. Crescimento da oferta de emprego, do número de estabelecimentos, etc.

- . Características gerais das atividades do setor terciário - Por setor de atividades, analisar a evolução do número de estabelecimentos, pessoal empregado.
- . Créditos concedidos ao setor - Estudar a evolução do número de financiamentos solicitados e deferidos, se possível por tipo de instituição financeira.

- 16
- . Estudar o comportamento do setor, segundo os ramos mais significativos da economia local (comércio varejista, comércio atacadista, prestação de serviços pessoais, etc) enfocando o número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor de vendas, dentre outros aspectos.
 - . Turismo - Análise da oferta (recursos naturais, eventos turísticos, hotéis e similares, restaurantes, empresas de turismo) e demanda (do estado, do país, do exterior) de equipamentos e recursos turísticos, atuais e potenciais. Potencialidades e problemas do setor. Perspectivas a curto e a médio prazo.

3. Caracterização e importância do setor informal

Estudar a importância do setor informal, na geração de emprego e renda, caracterizando as atividades mais significativas, atrvés de levantamentos junto aos líderes comunitários, profissionais com amplo conhecimento da cidade e pesquisa direta nas áreas pobres. As ligações do setor formal com o informal: sua integração (compra de serviços, produto, locação de mão-de-obra).

- . Atividades mais importantes do setor informal- caracterização das atividades, número de pessoas envolvidas, renda gerada por atividade
- . Tecnologia utilizada. Possibilidades de serem introduzidas melhorias técnicas nos processos produtivos e de prestação de serviços.
- . Distribuição especial das atividades mais importantes
- . Caracterização do mercado consumidor dos produtos/ serviços do setor informal. Possibilidades de ampliação deste mercado.
- . Fontes de crédito (formal e informal) das atividades. A compra de matérias-primas e as formas de comercialização adotadas.
- . Nível de instrução das pessoas exercendo atividades informais.

4. Potencialidade e problemas das atividades economicas

Considerando-se as análises efetuadas nos ítems apresentar os principais entraves à expansão das atividades econômicas (pontos de estrangulamento) e as potencialidades de crescimento econômico. Embora a análise deva ser centrada na economia municipal, deve ser abordada a potencialidade da microrregião como um todo.

Situar os problemas e potencialidades setoriais, a partir da vocação da economia municipal destacando-se os setores/ atividades passíveis de expansão a curto e médio prazo. No que diz respeito ao setor primário considerar a existência de matérias primas (de origens vegetal e animal), seu beneficiamento (no município ou fora dele) possibilidades de industrialização (potencial agroindustrial), etc. Os entraves à expansão da agropecuária, (estrutura da propriedade fundiária, situação atual e perspectivas da eletrificação rural) devem ser também objeto de estudo. Para o setor secundário, estudar a capacidade da cidade em abrigar novos empreendimentos, a existência de projetos industriais (privados e estatais) previstos, em análise ou implantação. A existência de distrito/área industrial e seu comportamento recente, deve ser objeto de análise. Descrevem os setores capazes de, a partir de incentivos diversos, se expandirem mais rapidamente. Da mesma forma, estudar as possibilidades em que se situa.

De fundamental importância para o desenvolvimento do Projeto, analisar as potencialidades do setor informal, sugerindo as atividades capazes de receber estímulos para sua dinamização.

III - SITUAÇÃO SOCIAL

Estudar a situação social da cidade em seus aspectos de infraestrutura, serviços de natureza social e serviços urbanos. Devem ser analisados os aspectos positivos e negativos mais importantes voltados para a promoção social da população em seus diferentes estratos. Assim, a análise deve abordar as necessidades e carências da população, bem como de sua evolução, de modo a formular um painel crítico da situação social e sua projeção em futuro próximo.

Estudar o nível das necessidades e as condições de atendimento, em outras palavras, a oferta atual de serviços e equipamentos para atender a estas necessidades. Considerar a forma de como o atendimento das necessidades se distribuem por: a) nível de governo (federal, estadual e municipal) e b) atividades privadas. O papel do governo municipal no atendimento das necessidades e suas possibilidades como executor ou promotor.

Os aspectos mais importantes a serem abordados são a seguir descritos.

1. Composição e evolução demográfica

- . Caracterização demográfica local e regional - Evolução da população total, segundo os componentes de crescimento. Estudo dos movimentos migratórios.
- . A evolução econômico-social local e regional e o comportamento demográfico
- . População total, urbana e rural: local e regional - Evolução: distribuição, taxas de crescimento, distribuição por idade e sexo - Movimentos migratórios (participação na população local e regional, procedência etc.)

2. Emprego, mão-de-obra e renda

- . Análise da mão-de-obra local e regional - Sua evolução estimativa. Caracterização das mudanças estruturais ocorridas.
- . Distribuição da População Economicamente Ativa - PEA, local e regional, segundo as ocupações
- . Distribuição da PEA, segundo a faixa etária, sexo, empregados, autônomos e desempregos.

- . Renda Familiar Mensal, local e regional - Considerando - se os dados dos censos de 1960, 1970 e das últimas estimativas disponíveis, apresentar a distribuição da renda familiar mensal, expressa em salário mínimos.
- . Crescimento da renda familiar, local e regional - A preços constantes do último ano, apresentar para 1960, 1970 e último ano disponível a renda média e as taxas de crescimento verificados.
- . Distribuição da renda local e da microrregião, para os anos considerados, de acordo com o coeficiente de GINI
- . Estrutura das despesas familiares - Distribuição média dos gastos familiares (alimentação, vestuário, habitação, higiene, assistência à saúde, transportes, educação, recreação e cultura, fumo, inversões, despesas diversas).

3. Oferta e necessidade de serviços

3.1-Águas e Esgotos

Informar por zona ou bairro da cidade:

- . Fontes de abastecimento d'água (poço nascente, etc.), disponibilidade de mananciais para captação e possibilidade de ampliação das reservatórios. Oferta atual (tratada/não tratada).
- . Número de ligações por uso (domiciliar, industrial, outros).
- . Destino das águas servidas (fossa negra, fossa séptica, rede pública).
- . Perspectivas e problemas do setor.

3.2-Águas Pluviais e Drenagem

- . Informar a evolução percentual da área urbana servida por rede de águas pluviais, área urbana necessitando drenagem, percentual das áreas inundáveis em relação a área total de cidade.

3.3-Pavimentação

- . Extensão das vias pavimentadas e não pavimentadas
- . Tipos de pavimentação utilizadas.

3.4-Saúde

- . Características das unidades hospitalares: número de unida

des, por tipo, número de médicos e enfermeiras. Tipo de atendimento (ambulatorial, internamento, etc). Número de leitos (para atendimento geral, pelo INAMPS, etc).

- . Indicadores de saúde: número (por habitantes) de:médicos, dentistas , enfermeiras, leitos.
- . Principais causas de mortalidade: distribuição percentual das causas e sua evolução.
- . Principais causas de mortalidade infantil: distribuição percentual das causas e sua evolução.
- . Perpectivas e problemas do setor.

3.5- Alimentação e Nutrição

Informar os programas de alimentação e nutrição em operação na microrregião quais localidades atendem e parcelas da população são beneficiadas.

3.6- Educação

- . Ensino de 1º e 2º graus - Número de estabelecimentos (grupos Escolares, Escolas de 1º grau e Escolas de 2º grau, Centros Interscholares, unidades ou cursos de Ensino Supletivo), informando o número de turmas, de salas de aulas , deficit de salas, etc. Matrículas iniciais (em educação pré-escolar, ensino de 1º grau (1º a 4º série e 5º a 8º série), em cursos de habilitação plena, formação de técnicos, formação de auxiliares técnicos, habilitação básica e cursos diversos.
- . Ensino Superior - Informar por entidade mantenedora (federal, estadual, municipal, particular), cursos oferecidos, matrículas, conclusões, etc.
- . Formação Profissional - Evolução das matrículas nos diversos cursos oferecidos de formação profissional (SENAI/ SESI, SENAC/ SESC, outros.)
- . Educação Supletiva - Inscrições em exames de suplencia de 1º e 2º graus, matrículas nos centros de estudos supletivos e em outras unidades, número de inscritos e alfabetizados no Mobral.
- . Atendimento à população infantil - Tipos de instituições existentes (por entidade mantenedora): creches,orfanatos, número de crianças atendidas, etc.
- . Evolução dos índices de alfabetização da população de 5 anos e mais de 15 anos e mais.
- . Perspectivas e problemas do setor

3.7- Transportes

- Transporte Intraurbano - Principais modos. Analisar o número médio de passageiros por viagem, segundo os horários normal e de pique, nas principais linhas da cidade. Considerar estes itens segundo os transportes coletivos e privados. Áreas carentes: motivos. Principais problemas encontrados nos transportes coletivos.
- Transporte Interurbano - Principais modos. Principais centros em conexão direta com o município, indicando as distâncias (km), o número de viagens por dia e por semana. Existência e adequação dos terminais. Principais problemas existentes.

3.8- Energia Eletrica

- Suprimento e Consumo - Fontes de suprimento de energia elétrica. Existência de déficit/superavit. Considerar a disponibilidade de energia elétrica para expansão industrial a médio prazo. Consumo setorial de energia elétrica. Áreas não servidas. Percentual de domicílios não ligados a rede.
- Iluminação pública - Extensão das vias públicas servidas e não servidas. Qualidade dos serviços.

3.9- Comunicação

- Serviços telefônicos - Capacidade de terminais. Número de terminais instalados (total, residências, comerciais, aparelhos/habitantes). Número de aparelhos públicos, canais de DDD, canais Telex
- Número de emissoras locais de rádio
- Número de canais de Televisão
- Número de jornais e revistas, etc.
- Correios - Número de agências e adequação dos serviços postais.

3.10- Lazer

- Equipamentos de lazer - Descrever a disponibilidade de praças contemplativas, praças com equipamentos de animação, zoológico, parques com reservas naturais, jardim botânico, etc.
- Área verde/habitantes (m^2)
- Número de clubes de recreação e esportes (públicos e particulares), teatro, cinemas, galerias de arte bibliotecas.

3.11- Coleta e Disposição de Lixo

- . Descrever o sistema de coleta de lixo, indicando as áreas atendidas, pessoal empregado, tipo e número de equipamentos utilizados, bem como o destino final dado aos resíduos sólidos.
- . Coleta de lixo - Número de pessoas empregadas na coleta e varredura; forma de coleta (número e tipo de veículos coletores), frequência de coleta (diária, semanal, etc).
- . Destino final dos resíduos sólidos - Com tratamentos ou in natura, localização de sumidouros e sua adequação.
- . Área atendida: extensão (ha), domicílios e pessoas atendidos.
- . Área não atendida: extensão (ha), domicílios e pessoas.
- . Principais problemas do setor

3.12- Habitação

- . Tipologia domiciliar - Para os cursos de 1960, 1970 e para o último ano disponível, indicar o número e o percentual dos domicílios duráveis, rústicos e improvisados.
- . Número de pessoas/domicílio - Para os anos censitários e para o último ano disponível, indicar a população urbana do distrito-sede, o número de domicílios e a relação população/domicílio.
- . Forma de ocupação dos domicílios - Número absoluto e relativo dos domicílios próprios, alugados, cedidos, etc.
- . Indicadores das condições habitacionais - Para os anos censitários e para o último ano disponível indicar: habitantes por domicílio, déficit absoluto de habitação, a partir do número de famílias conviventes mais famílias morando em domicílios improvisados.
- . Principais problemas do setor

3.13- Abastecimento

- . Atendimento dos serviços de feiras, mercados, matadouros e sua adequação

4. Dimensionamento e características da população urbana pobre

Dimensionar e caracterizar a população das áreas urbanas e de expansão urbana da cidade. Considera-se população pobre a que tenha renda familiar até três salários mínimos regionais por mês.

As áreas de baixa renda a serem incluídas neste estudo deverão ter no mínimo setenta por cento de suas famílias incluídas nesta categoria.

O estudo das áreas pobres e de sua população poderá ser feito através de pesquisa direta, por amostragem ou utilizando-se dados de levantamentos recentes já realizados, desde que cubram os aspectos aqui solicitados. Além disso, a participação dos líderes das comunidades é essencial para o bom entendimento dos problemas da pobreza urbana e da indicação de ações a serem adotadas para sua solução.

4.1- Informações Gerais

Para cada área predominantemente pobre informar

- . Nome da área
- . Área (ha)
- . População
- . Densidade (hab/ha)
- . Número de famílias
- . Tamanho médio da família
- . Número de unidades habitacionais (domiciliar)
- . Famílias/Domicílios
- . População Economicamente Ativa - PEA
- . Percentual do PEA formalmente empregada/PEA total.

4.2 - Composição Demográfica

- . Distribuição da população por idade e sexo, por área pobre, número de famílias
- . Origem da população urbana pobre - Origem dos residentes não naturais do lugar, classificando-se as informações segundo os anos de residência e o local de origem (urbano / rural) e o local da residência anterior.

4.3 - Renda e Despesas Familiar

- . Renda - Distribuição da renda familiar por faixa de salário mínimo (até 1; + 1 - 2; + 2 - 3 e acima de 3).
- . Despesa familiar - Apresenta por faixa de renda, a distribuição da despesa familiar (alimentos, vestuário, habitação, higiene e assistência à saúde, transporte, educação, recreação e cultura, fumo, despesas diversas).

4.4 - Estrutura de Ocupação

Informar o setores/atividades da população urbana pobre (agricultura, mineração, industria de transformação, construção civil, administração pública, comércio, serviços). Levantar o número de subempregados e desempregados. Considerar subempregada a pessoa recebendo menos que um salário mínimo regional por mês. Levantar o número de pessoas formalmente empregados.

A partir dos estudos do capítulo - Atividades Econômicas, identificar as atividades informais das áreas pobres, o número de pessoas envolvidas, a renda média por atividades, etc.

4.5 - Disponibilidade de Infra-estrutura Urbana e de Serviços

- ⊙ Água e Esgotos - Informar por área, as fontes de abastecimento (poço, nascente, rede de distribuição, bica, etc), quantificando o número de domicílios atendidos por tipo. Percentagem da área coberta por rede de distribuição e destino das águas servidas (fossa séptica, fossa negra, rede de esgotos, outros).
- ⊙ Águas Pluviais e Drenagem - Percentual da área servida por galeria de águas pluviais; percentual da área necessitando drenagem, classificando as condições de drenagem da área (bom, razoável, ruim). informações adicionais sobre o problemas encontrados, necessidades, etc.
- ⊙ Pavimentação - Indicar a extensão das vias, informando o percentual pavimentado, por tipo.
- ⊙ Saúde
 - . Unidades hospitalares - Informar os equipamentos localizados nas diferentes áreas pobres, os tipos de atendimento, o número de leitos disponíveis, etc.
 - . Causas gerais de mortalidade - Principais causas de mortalidade, quantificando as informações.
 - . Mortalidade infantil - Principais causas de mortalidade infantil, quantificando as informações.
- ⊙ Educação

Descrever a forma de atendimento escolar por área pobre, indicar os equipamentos existentes, cursos oferecidos, matrículas. Deficit e carencias observadas.

- . Grupos Escolares e Escolas de 1º grau - Número de prédios, de salas de aula, de turmas e cursos oferecidos

- . C6legios e Escolas de 29 grau - Idem acima
- . Centros Interescolares - Idem acima
- . Matr6culas - Quantificar as matriculas em educa7ao pr6-escolar , 19 grau (19 a 49 s6ries), 19 grau (49 a 89 s6ries), 29 grau e/ou cursos m6dio do 29 ciclo (matr6culas totais, em cursos diversos que funcionam at6 18 horas, em cursos noturnos, em cursos de habilita7ao plena (forma7ao de t6cnicos, auxiliares t6cnicos), em cursos de habilita7ao b6sica, etc.
- . Analfabetismo - N6mero de analfabetos acima de 14 anos em rela7ao 6 popula7ao total das 6reas pobres. Popula7ao em idade escolar n6o matriculada.

0 Transportes

Forma de atendimento das diversas 6reas de transportes , principais carencias e problemas observados.

- . Transportes Coletivos - Descrever as linhas de atendimento as 6reas pobres, informando se publico ou privado, discriminando a m6dia de passageiros por viagem (hor6rio normal e de pique).
- . Outras informa76es - Analisar a importa7cia e situa7ao do principal meio de transporte das 6reas, assim como dar indica76es sobre as caracter6sticas e situa7ao dos de mais meios de transportes utilizados.

0 Energia El6trica

- . Abastecimento domiciliar - Forma de atendimento, percentual de domic6lios servidos adequa7ao dos servi7os.
- . Ilumina7ao p6blica - Extens6o (km) das vias p6blicas atendidas e n6o atendidas.

0 Comunica7ao

- . Servi7os telefonicos - N6mero de aparelhos instalados (residencias, p6blicos e comercio) e n6mero de habitantes/aparelho.
- . Existencia e adequa7ao de outros meios de comunica7ao.

0 Lazer

Descri7ao dos equipamentos de lazer existentes na 6reas; car6ncias e deficit do setor. Indicar o n6mero e 6rea (ha) dos equipamentos existentes nas 6reas pobres. (pra7as contempla

tivas, praças com equipamentos de animação); clubes públicos de esportes e recreação, cinemas, bibliotecas etc. Área verde/ habitante (m²).

⊗ Habitação

Analisar o panorama da situação habitacional das diversas áreas, descrevendo os principais problemas, como propriedade do solo, possibilidade de melhoria (urbanização dos lotes, melhoria das residências, etc.)

- . Domicílios segundo o tipo - Informar por área o número e o percentual de domicílios duráveis, rústicos e improvisados. Se for o caso, adaptar a tipologia em função da existente no cadastro fiscal da cidade ou do censo Predial da FIBGE, /1970.
- . Indicadores das condições habitacionais - Por área pobre, informar:
 - Habitantes/Domicílio
 - Deficit absoluto de residências (famílias conviventes mais domicílios improvisados)
- . Regime de Ocupação dos Domicílios - Informar o número e o percentual de domicílios próprios, alugados, cedidos, etc.
- . Outras informações - Descrever e analisar a existência de programas municipais e estaduais de habitação, destinados à população de baixa renda.

IV. - ORGANIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL

Análise suscinta das características da organização físico-territorial da cidade.

1 - Características da implantação Urbana

Ritmo e direções de crescimento da mancha urbana, multiplicação e extensão dos loteamentos, aproveitamento do sítio e dos recursos naturais; distribuição territorial dos equipamentos públicos (áreas atendidas); problemas de expansão.

2 Estrutura da Organização do Espaço: vinculação das áreas mais importantes da cidade.

3 Uso do solo Urbano - Análise dos diferentes usos. Sua distribuição espacial e interrelações com o sistema viário.

4. Sistema Viário e Transportes- Avaliação do sistema viário e dos problemas de transportes, atuais e futuros. Transportes e expansão urbana.

5. Instrumentos de Organização Físico-Territorial-Apresentação dos instrumentos existentes visando a organização do espaço urbano (Lei de Zoneamento, Parcelamento e Remembramento de Lotes, Plano de Estruturação Viária, Lei do Perímetro Urbano, Definição das áreas de expansão urbana, etc.).

V - ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Neste capítulo deverá ser analisada as condições e o desempenho da administração municipal. Objetiva a formulação de um diagnostico da situação atual, de modo a serem propostos projetos visando seu aperfeiçoamento, face às exigencias que são impostas à Prefeitura, na gestão dos negócios municipais.

Análise/diagnostico deverá considerar o funcionamento da administração local como um todo, a partir do estudo de sua organização administrativa e atividades-meio e das atividades fim.

1. Organização administrativa e atividades-meio

- . Estudo das condições de funcionamento da administração local, sua estrutura organizacional, recursos de pessoal, materiais e financeiros.
- . Arrecadação de recursos financeiros - Levantamento dos metodos e critérios de arrecadação de impostos e taxas, bem como dos serviços de lançamento, cobrança e fiscalização. Avaliar a escrituração contábil, a sistemática orçamentária e verificar se a administração municipal está explorando devidamente todas as potencialidades do município quanto à arrecadação dos recursos financeiros. Para os últimos 5 anos, analisar os balanços municipais, dando ênfase na evolução das receitas e nas despesas correntes e de capital, por função de governo. Avaliar a eficiência dos diversos cadastros. Estudar a dívida municipal: sua evolução e estado atual.
- . Estudar o quadro de pessoal e sua adequação às necessidades da Prefeitura.
- . Análisar as atividades-fim, considerando os diversos órgãos individualmente: o quadro de pessoal, os recursos utilizados e suas áreas de atuação. Estudar os métodos de trabalhos adotados, o nível dos servidores, a racionalidade na aplicação dos recursos e a eficiência do órgão.
- . Sistema de planejamento e execução de projetos-Breve descrição e análise do sistema municipal de planejamento, avaliação e controle e da estrutura administrativa que responde por este serviço. Informar se existe unidade administrativa no município (autonoma ou não) com capacidade para preparação, montagem, implementação e avaliação de projetos municipais integrados. Em caso posi

vo, analisar a situação atual da unidade e sua capacidade operacional (técnica e administrativa) e experiência já adquirida.

2. Atividades-fim

Análise da atuação da Prefeitura nos diferentes setores de seu campo funcional, que resultam na prestação de serviços à comunidade. Avaliar a qualidade e o volume dos serviços prestados em relação à demanda. Evolução dos recursos colocados à disposição das diferentes unidades, face à evolução da demanda. Análise dos aspectos técnicos e operacionais das atividades-fim.

. O governo como prestador de serviços à população municipal:

- Serviços sociais-Saúde, Educação, Serviços Assistenciais, etc.
- Infra-estrutura urbana- Água e Esgoto, Sistema Viário e pavimentação, Energia Elétrica e Iluminação Pública, Limpeza Urbana, Transportes, Lazer, Comunicações, etc.
- Outros Serviços- Cemitérios, Matadouros, Mercado, Feiras-Livres, etc.

.O governo como indutor da iniciativa privada. Atividades de fomento, incentivo, assistência técnica e informação.

.O governo como regulamentador, elaborador e expedidor de normas de comportamento, padrões de qualidade de vida urbana, etc.

.O governo como reinvidicador.

VI - ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Este capítulo deve apresentar a estratégia de desenvolvimento local adotada pelo município de acordo com o Plano de Desenvolvimento Local (caso exista) e com as intenções do governo municipal, justificando tais intenções.

Por estratégia, entendem-se os princípios que coordenam os objetivos do Plano de Desenvolvimento, seja ele formal ou não, e determinam de um modo geral, como eles (os objetivos) são conseguidos. Se possível, o Plano deverá explicar, como a estratégia, foi selecionada entre várias estratégias alternativas. Da estratégia escolhida, se seguirão as políticas a serem adotadas e as propostas para tomada de ações.

Para uma boa compreensão, o capítulo deverá se dividir em duas partes, cujo conteúdo é a seguir descrito:

1 - O Plano de Desenvolvimento Local. Estratégia e Instrumentos de ação.

- . Principais características, objetivos, estratégia e instrumentos de ação.
Definir as prioridades sugeridas pelo Plano.
- . A inserção do Plano de Desenvolvimento Local no contexto microrregional.
Analisar a compatibilização das políticas e programas de ação da cidade com relação a microrregião.
- . As estratégias de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social
- . Estratégia de desenvolvimento físico-territorial - A análise deve enfatizar aspectos da política de ocupação de áreas urbanas e de expansão urbana: sistema viário, de uso do solo, redes de infra-estrutura, equipamentos e serviços; áreas prioritárias para ocupação e expansão urbana, bem como as áreas com finalidades específicas (mananciais de abastecimento d'água, áreas industriais, áreas para destino final de lixo, reservas ecológicas, etc).
- . Identificar as grandes variáveis utilizadas na elaboração de diretrizes para o desenvolvimento urbano, apontando os principais estrangulamentos detectados quando da efetivação da ocupação do solo urbano. Mapear as áreas consideradas problemas e apontar quais as alternativas para minimizar os problemas atuais e evitar os futuros.

- 21
- Apresentar as prioridades eleitas para a cidade quanto aos aspectos infra-estruturais físicos e sócio-econômicos.
 - Principais metas da administração local a médio prazo.
2. O Projeto CPM/BIRD como parte da estratégia de desenvolvimento local.

A compatibilização entre os objetivos e a estratégia do Plano da Cidade com os projetos a serem incluídos no Projeto CPM/ BIRD. Os projetos a serem incluídos no Projeto CPM/BIRD devem ser coerentes com as prioridades e as metas existentes para a cidade.

VII-INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO: PERFIS DE PROJETOS

Os perfis de projetos, constituem-se na tradução objetiva da estratégia de intervenção na cidade, a luz dos princípios do Projeto CPM/BIRD e da estratégia, objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Local.

Quaisquer projetos, classificados nas categorias de a) Geração de emprego e renda, b) Infra-estrutura urbana e comunitária e c) Administração Municipal, podem ser propostos, respeitados os critérios de qualificação, elegibilidade e análise do Projeto CPM/BIRD.

As instruções/roteiros para a apresentação dos Perfis de Projetos, constituem o Anexo III deste item.

ANEXO I - MAPAS

Para um melhor entendimento das análises feitas no Perfil da Cidade, o trabalho deve incluir mapas, sugeridos a seguir. Evidentemente, outras ilustrações não constantes da relação aqui apresentada, poderão ser apresentadas.

Capitulo I - CARACTERISTICAS GERAIS E SITUAÇÃO

- . Mapa indicando a cidade, a microrregião (isto é, a região funcional urbana) onde se situa, a área de influência do município e a macrorregião.
- . Mapa indicando as principais ocorrências do município - Monumentos e sítios históricos, acidentes geográficos notáveis, jazidas minerais, etc.
- . Mapa de acessibilidade, situando a cidade e a malha viária principal e secundária

Capitulo III - SITUAÇÃO SOCIAL

3.1 - Água : Esgoto

- . Mapa alocando as redes de água e esgotos bem como os respectivos equipamentos de captação e tratamento

3.2 - Águas Pluviais e Drenagem

- . Alocar as redes de águas pluviais e as áreas inundáveis

3.3 - Pavimentação

- . Alocar toda a área urbana pavimentada

3.4 - Saúde

- . Alocar os equipamentos segundo a tipologia

3.5 - Educação

- . Alocar a rede escolar

3.6 - Transportes

- . Alocar as principais linhas de transportes coletivos

vos intra e interurbanos.

. Mapear o sistema viário interurbano da microrregião

3.8 - Energia Eletrica

. Alocar as redes de iluminação pública e domiciliar

3.9 - Comunicação

. Alocar rede de serviços telefonicos e os principais equipamentos

3.10- Lazer

. Alocar equipamentos existentes na área urbana. alo car os equipamentos de uso institucional e de usos especiais.

3.11- Coleta e disposição de Lixo

. Alocar a área atendida, mostrando que possível, a frequencia da coleta e da remoção.

3.12- Habitação

. Mapear os tipos mais caracteristicos em todo o te cido urbano, segundo a tipologia do cadastro fis cal, se houver. Caso não haja, utilizar a classi ficação do Censo Predial de 1970 da FIBGE. Neste sentido, fazer a respectiva adaptação do quadro. Ma pear, com destaque, a (s) tipologia (s) predomnan te (s) de domicilio, onde se situam as ausências e/ou deficiências, de equipamentos urbanos.

4. Dimensionamento e características da população urbana po bre.

4.5 - Disponibilidade de infra-estrutura e serviços urba na

. Alocar as redes de água e esgoto e, se possível, as ligações domiciliares

. Alocar as redes de águas pluviais e drenagem, bem as carencias observadas.

- 71
- . Alocar as vias pavimentadas nas áreas
 - . Mapear os equipamentos de saúde
 - . Mapear a rede escolar
 - . Mapear as principais linha de transportes interur**ba**nos e de sistema viário principal das áreas **po**bres.
 - . Alocar a redes de distribuição publica e domicili**ar** de energia eletrica.
 - . Mapear a rede de telefone e dos principais equipa**men**tos de comunicação
 - . Alocar os equipamentos de lazer (praças, jardins , etc.)
 - . Mapear a tipologia habitacional das áreas pobres.

IV - ORGANIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL

- . Mapear o uso atual do solo/zonamento, estrutura viária principal e as tendencias de expansão urba**na**

ANEXO II - TABELAS E QUADROS

As tabelas e quadros a seguir apresentados, constituem-se em sugestão para a coleta de informações e auxiliar as análises a serem efetuadas. A relação é apenas indicativa, podendo os mesmos serem melhorados e outros incluídos, desde que facilitem a análise e compreensão de texto.

Como fontes de informações, sugere-se: a utilização dos Censos de 1960, 1970 e 1975 da FIBGE, bem como os levantamentos periódicos realizados por aquela instituição; dados das Secretarias Estaduais e Municipais; pesquisa direta; informações de entidades públicas e privadas de prestação de serviços, etc.

